



Relatório de Gestão 2013 abril de 2014



Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal





INDICE

1.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	1
2.	CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO	2
	2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS.....	2
	2.2. DEMOGRAFIA.....	3
	2.3. ACESSIBILIDADES.....	5
	2.4. ECONOMIA E EMPREGO.....	5
3.	RELATÓRIO DE EXECUÇÃO.....	6
	3.1. ENQUADRAMENTO.....	6
	3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2013.....	7
	3.2.1. ECONOMIA E TURISMO.....	7
	3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS.....	10
	3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA.....	13
	3.2.4. AMBIENTE.....	14
	3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES.....	15
	3.2.6. AÇÃO SOCIAL.....	15
	3.2.7. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	17
4.	ANÁLISE ORÇAMENTAL	18
	4.1. ORÇAMENTO.....	18
	4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA.....	18
	4.1.2. DADOS HISTÓRICOS.....	20
	4.1.3. RECEITA.....	23
	4.1.4. DESPESA.....	29
	4.1.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	33
	4.1.6. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS	41
	4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	43
	4.2.1. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI).....	44
	4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM).....	46
	4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	49
5.	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	61
	5.1. ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO.....	61
	5.2. ANÁLISE ECONÓMICA.....	63
	5.3. ANÁLISE FINANCEIRA.....	67
6.	APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES	70
7.	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	72
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	73



1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A lei nº 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 6º deste diploma legal, o município de Vila Velha de Ródão possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, tendo igualmente o poder de, em matéria de autonomia financeira, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, conforme o disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 6º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Em conformidade com o disposto anteriormente, e com o estipulado nas considerações técnicas do POCAL, na Lei orgânica e processo do Tribunal de Contas e na alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013¹, de 12 de setembro, o executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão apresenta, para apreciação, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e o Inventário do Património Municipal, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2013.

¹ Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico.



2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

Vila Velha de Ródão é um concelho que se destaca pela riqueza e diversidade dos seus recursos naturais e culturais, postos ao serviço do desenvolvimento através de uma estratégia de valorização impulsionada pela autarquia, em estreita colaboração e articulação com os seus parceiros institucionais e as diversas entidades públicas e privadas.

Conta com unidades produtoras de energias renováveis (três barragens, duas centrais de biomassa, um parque eólico), um setor industrial assente na fileira do papel e com um peso significativo no PIB nacional, agroindústrias que valorizam os produtos da região (queijo, enchidos, presuntos e azelte), uma atividade turística associada aos recursos naturais (áreas protegidas, paisagem, biodiversidade) e à oferta cultural instalada (museus, sítios arqueológicos, programação cultural), com grande potencial de crescimento. Possui ainda uma extensão significativa de povoamentos florestais produtivos. Este panorama resume o potencial gerador de riqueza do concelho.

No entanto, a maior riqueza do concelho de Vila Velha de Ródão é constituída pelas pessoas que nele habitam e que dele usufruem, tirando partido das condições de vida existentes e para as quais contribuem decisivamente as autarquias locais e as empresas instaladas, que colocam este concelho no muito honroso 41º lugar, num ranking estabelecido pelo estudo realizado pela UBI² e que analisa a realidade dos municípios portugueses, tendo em conta a sua qualidade de vida e o nível de desenvolvimento económico e social.

2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS

Localizado na região Centro, mais concretamente no distrito de Castelo Branco, o concelho de Vila Velha de Ródão encontra-se inserido na unidade territorial NUT II – Região Centro; NUT III – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. É sede de município, com 42 localidades, apresenta uma extensão aproximada de 330 Km² e tem 3521 habitantes³, o que representa uma densidade populacional de 10,67 habitantes/Km².

O concelho encontra-se subdividido em 4 freguesias: Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão. O município é limitado a norte e a leste por Castelo Branco, a sueste pela Espanha, a sul por Nisa e a oeste por Mação e Proença-a-Nova.

² Manso, José R. Pires, (2012), *Os Municípios e a Qualidade de Vida*, Observatório para o Desenvolvimento Social e Económico da Universidade da Beira Interior.

³ Censos 2011

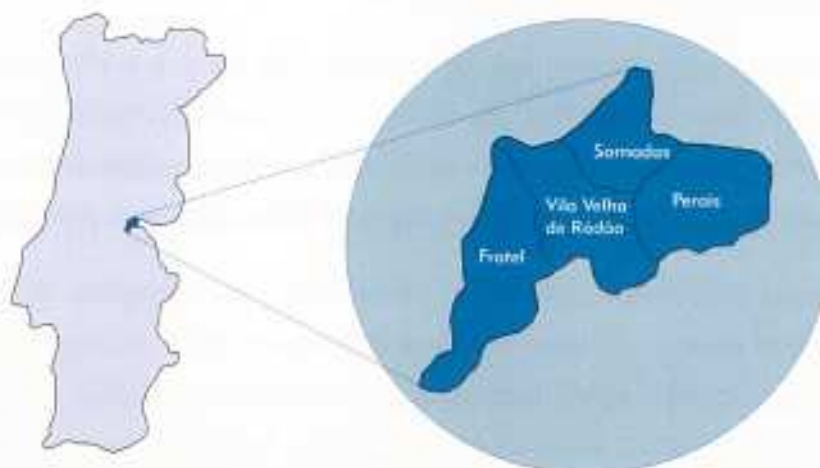


Figura 1 – Concelho de Vila Velha de Ródão

Freguesias	Área (Km ²)	População Residente
Fratel	97,84	608
Peralis	81,95	510
Sarnadas de Ródão	59,68	637
Vila Velha de Ródão	90,44	1766
Total	329,91	3521

Tabola 1 – Área e população residente nas freguesias do concelho de V.ª de Ródão (ano de 2011)

2.2. DEMOGRAFIA

Reportando-nos aos resultados dos Censos de 2011, Vila Velha de Ródão contava com 3521 habitantes com uma distribuição que mostra a tendência para a concentração da sua população na sede do concelho. De acordo com a tabela nº 2, a evolução dos efetivos populacionais e a sua distribuição por grandes grupos etários mostra a tendência estrutural para o envelhecimento, realidade transversal à região interior e que hoje começa já a ser evidente na globalidade do país.

População do Concelho de V.ª V.ª Ródão (1981-2011)

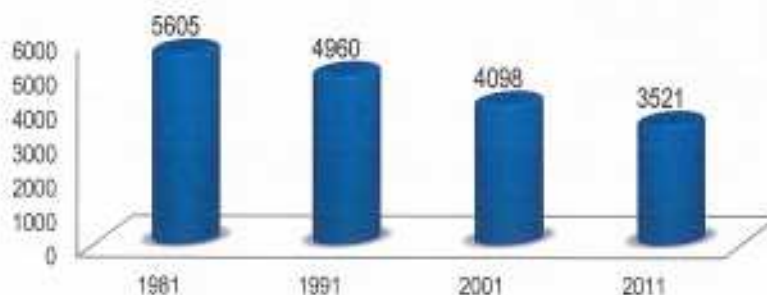


Gráfico 1 – Evolução da população no concelho de V.ª V.ª de Ródão

Grupos Etários	Efetivos populacionais
0 - 14 anos	263
15 - 24 anos	204
25 - 64 anos	1519
> = 65 anos	1535
Total	3521

Tabela 2 – População residente no concelho de V.ª V.ª de Ródão Fonte: INE, Censos 2011

As previsões apontam, no entanto, para uma estabilização da população em torno dos valores atuais. Para inverter esta tendência e promover o rejuvenescimento populacional o executivo municipal promove um conjunto de medidas que visam apoiar as famílias residentes e as que se pretendam fixar no concelho procurando, assim, que num prazo de tempo relativamente curto, esta realidade demográfica evolua positivamente. Acompanham estes incentivos, medidas ativas de promoção do emprego, através da captação de empresas e investimentos para a região.

De acordo com *O Plano Estratégico e de Ação para a Região da Beira Interior Sul*, elaborado pela Sociedade Portuguesa de Inovação, no contexto da zona Centro, a diferença entre as entradas de população (taxa de atração) e as saídas de população (taxa de repulsão) é especialmente positiva no concelho de Vila Velha de Ródão que apresenta uma taxa de atração de 10,48% e uma taxa de repulsão de 4,26%.



Unidade Territorial	Taxa de Atração Total (%)	Taxa de Repulsão Total (%)
Centro	4,08	2,11
CIMBB ⁴	7,27	5,14
Oleiros	7,13	4,79
Proença-a-Nova	6,45	4,49
Castelo Branco	6,73	5,46
Idanha-a-Nova	6,43	6,15
Penamacor	6,37	5,68
Vila Velha de Ródão	10,48	4,26

Tabela 3 – Taxas de atração e Repulsão 2011

2.3. ACESSIBILIDADES

O concelho beneficia de uma boa rede viária e bem localizada em relação aos grandes centros ibéricos: dista 209 km de Lisboa, 250 km do Porto, 160 km de Cáceres e 489 km de Madrid.

O município é atravessado por um corredor traçado na diagonal ao território, na direção SW-NE, formado pela autoestrada A23 e pela linha ferroviária da Beira Baixa. A localização do concelho e o acesso a estas vias estruturantes, que possibilitam uma rápida e eficaz ligação ao restante território nacional e a Espanha, constituem vantagens competitivas para a atividade económica e a mobilidade de pessoas e mercadorias.

2.4. ECONOMIA E EMPREGO

De acordo com os dados recolhidos no Censos 2011, no concelho de Vila Velha de Ródão, apesar da destacada importância da atividade industrial, o setor terciário era o que mais trabalhadores empregava. As atividades com maior destaque neste setor são as de natureza social (38,7%) e as relacionadas com a atividade económica (25,3%).

Setor de Atividade	%
Setor Primário	5%
Setor Secundário	31%
Setor Terciário	64%

Tabela 3 – Proporção da População Empregada por Setor Fontes INE, PORDATA 2013

O tecido empresarial do concelho é composto maioritariamente por pequenas empresas, algumas delas ligadas ao setor agroindustrial e que apostam no fabrico de produtos regionais de qualidade, destacando-se entre eles o queijo, os enchidos, o presunto, o azeite, o mel e a doçaria regional.

⁴ Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa



No que respeita a grandes empresas, destacam-se a Celtejo, produtora de pasta de papel branqueado e detentora de uma unidade de co-geração e a AMS – Goma Camps, produtora de *papel tissue*, possibilitando a afirmação, em Ródão, de uma “fileira do papel”. Estas duas empresas são as maiores empregadoras do concelho, o que contribui para que Vila Velha de Ródão, quando comparado com os restantes municípios da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, seja o que regista a segunda mais baixa taxa de desemprego⁵ (8,27%) e o que apresenta o mais elevado ganho médio mensal⁶ dos trabalhadores por conta de outrem.

Taxa de Desemprego (%)	
Oleiros	5,09
Proença-a-Nova	9,72
Castelo Branco	10,57
Idanha-a-Nova	11,90
Penamacor	10,99
Vila Velha de Ródão	8,27

Tabela 4 – Taxas de Desemprego na CIMBB Fonte: INE, Censos 2011

Ainda de acordo com o estudo, *Distrito de Castelo Branco em números*⁷, o concelho de Vila Velha de Ródão, em 2011, destacou-se pela sua capacidade exportadora, tendo sido o segundo concelho mais exportador do distrito de Castelo Branco, com cerca de 61 milhões de euros.

3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

3.1. ENQUADRAMENTO

A gestão autárquica e a proximidade estabelecida com os cidadãos determinam exigências e responsabilidades na eficiência e na afetação de recursos destinados ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental dos municípios e à promoção efetiva da igualdade de direitos dos cidadãos no acesso à educação e à cultura, à saúde e habitação e ao emprego, com a qualidade e dignidade que os objetivos do novo milénio preconizam.

As dificuldades estruturais do país, agravadas com a problemática situação económica e financeira, especialmente sentida nos últimos anos, refletem-se, de forma determinante, na gestão municipal, confrontada com uma efetiva redução das transferências de Estado, a

⁵ De acordo com os Censos 2011

⁶ O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Vila Velha de Ródão encontra-se nos € 1.125, de acordo com os dados disponíveis na DATACENTRO – Informação para a região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

⁷ Garcez, Jorge Moutinho, *Distrito de Castelo Branco em números*, 2013.



qual é agravada pela forte dependência municipal de financiamento para a concretização de grandes projetos de investimento.

O exercício da governação, neste contexto emergencial, torna-se especialmente complexo pois, a par da atenção a dispensar à maior vulnerabilidade do tecido social, importa alocar recursos para a promoção de políticas que visem captar e fomentar o investimento e o empreendedorismo.

A esta exigente realidade tem o município, na sua ação executiva, conseguido dar a resposta adequada às situações de emergência social, substituindo-se ao governo central e ainda promover junto da sociedade civil e das empresas, as parcerias e ações de estímulo que asseguram, no concelho de Vila Velha de Ródão, os níveis de emprego e coesão social, verdadeiramente excepcionais, face à realidade nacional.

Merece registo nesta reflexão a atenção colocada na valorização do território e na preservação dos seus valores patrimoniais mais genuínos, a preocupação com as famílias e com as suas condições de vida, a educação e a difusão do conhecimento, o apoio à dinâmica associativa, a modernização e qualificação da administração autárquica e a política de prestação de serviços qualificados e promotores da proximidade com os cidadãos.

*O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.**

José de Alencar

3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2013

3.2.1. ECONOMIA E TURISMO

- ✓ Com vista a reforçar a estratégia de desenvolvimento turístico, a autarquia de Ródão desenvolveu o projeto denominado: **"Terras de Ouro"**. No âmbito desse projeto estavam previstas e foram concretizadas intervenções em todas as freguesias tendo sido possível a abertura de **Núcleos Museológicos** temáticos e a instalação de **percursos pedestres de pequena rota**. Estes pontos de interesse proporcionam aos visitantes um olhar atento sobre os recursos endógenos, sobre a história e as tradições deste concelho.



- ✓ Foi apresentada e aprovada uma candidatura ao fundo comunitário PRODER, com o projeto **Rede de Percursos de Ródão**, orientada para o turismo e valorização do território, numa perspetiva de dinamização do património local e dos produtos de excelência. Esta candidatura abrange uma rede de percursos pedestres e de BTT, que irá reforçar a estratégia de desenvolvimento do turismo do concelho, através da oferta de novos produtos.



- ✓ Realizou-se o **1º Festival das Sopas de Peixe**, um evento temático que teve como principal objetivo a promoção dos recursos endógenos da região, valorizando um produto diferenciador e típico de Vila Velha de Ródão, como são as Sopas de Peixe. Tratou-se de um certame multidisciplinar que focando-se na gastronomia, envolveu a restauração e a hotelaria, a enologia, o artesanato e os produtores locais. Esta iniciativa centrou-se na Casa de Arte e Cultura do Tejo (CACTEJO) onde *chefs* consagrados, artistas e grupos musicais promoveram ações diversificadas: atuações de grupos de música e de danças tradicionais, teatro, *workshops*, *showcooking* e degustações. Foram ainda realizadas ações promocionais e visitas a pontos de interesse turístico, nomeadamente aos monumentos naturais e espaços museológicos existentes no concelho.

O programa "Portugal no Coração", da RTP 1, promoveu Vila Velha de Ródão fora de portas, desenvolvendo as temáticas associadas ao evento e que melhor caracterizam o concelho. Também a TSF entendeu dar destaque a este certame de excelência, transmitindo a sua emissão do programa Terra-a-Terra, a partir da Casa de Artes e Cultura do Tejo.



- ✓ Através do GIP e do Gabinete de Apoio ao Investimento e Empreendedorismo, o município procurou dinamizar e diversificar a atividade empresarial no concelho, apoiando as empresas já existentes, apostando nos fatores da formação e inovação no sentido de reforçar de forma sustentada o investimento. Neste âmbito foram realizadas pelo Gabinete de Inserção Profissional e pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação ações enquadradas no programa **Academia PME**. Este programa apoia os empresários na definição de um plano de mudança para a empresa e na sua implementação, procurando dotar as empresas de novas ferramentas e estratégias de afirmação no mercado.



- ✓ A temática do empreendedorismo constitui uma prioridade da Comunidade Intermunicipal onde nos inserimos. Esta preocupação levou à realização do I concurso de Empreendedorismo Intermunicipal da Beira Interior Sul que escolheu o concelho de Vila Velha de Ródão para apresentação dos vencedores do referido concurso. O desafio do empreendedorismo lançado junto das escolas empenhou os alunos em ações de mérito onde se destacou o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão.



- ✓ Foi promovida uma política de atração de novos projetos empresariais, através da promoção do investimento nas áreas da indústria, comércio e serviços. Para o efeito foi disponibilizado o acesso a uma linha de financiamento com condições vantajosas. O programa **FINICIA** afigura-se como uma solução fulcral para procurar intervir na escassez de financiamento para os micro e pequenos negócios.

3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS

- ✓ No âmbito da valorização e dinamização do **Cais de Ródão – Bar de Apoio**, concluiu-se, no decorrer de 2013, a obra de construção deste novo equipamento municipal que irá desempenhar um papel central no apoio e dinamização de uma das áreas com maior potencial turístico deste concelho. Esta infraestrutura pretende proporcionar aos visitantes um serviço de bar com qualidade, disfrutando de uma panorâmica invejável sobre o plano de água da albufeira do rio Tejo e sobre as Portas de Ródão.
- ✓ Foram concluídas as obras de construção do **Passeio Pedonal do Enxarrique**. Este projeto que faz a ligação pedonal do Cais Fluvial à margem contrária do ribeiro do Enxarrique, integra-se num plano mais abrangente de atuação que prevê a requalificação do sítio arqueológico classificado da Foz do Enxarrique. Com a construção a ponte pedonal pretende-se aumentar o interesse e a abrangência



daquela zona, com a oferta de um circuito que permitirá aos utilizadores o acesso a um conjunto de infraestruturas municipais como o Complexo Turístico, as Piscinas Municipais, o Recinto de Feiras e o Recinto de Festas da Sr.^a da Alagada.



- ✓ **Beneficiação da Rua da Estalagem – Sarnadas de Ródão** – A Rua da Estalagem, uma das entradas de Sarnadas de Ródão, foi objeto de uma obra de requalificação que compreendeu o alargamento da plataforma da via e do pontão, a construção de muros, passeios, estacionamento, a execução de novos pavimentos e a plantação de algumas árvores. Desde há muito que esta obra era tida como necessária, atendendo ao estado de degradação em que se encontrava este arruamento.

- ✓ **Pavimentação dos Caminhos Municipais 1357-1(Marmelal-Montinho) e 1368(Juncal)**

Tendo em vista a melhoria dos acessos viários entre povoações, procedeu este município à requalificação dos mesmos tendo para o efeito desenvolvido trabalhos de limpeza das bermas e de pavimentação das vias.



- ✓ **Pavimentação do Bairro Cheles (V.ª V.ª de Ródão)** - No âmbito do processo de requalificação das vias públicas, procedeu-se à pavimentação do arruamento no Bairro Cheles. Esta intervenção permitiu dignificar o local, em articulação com os esforços dos proprietários particulares que promoveram a recuperação e valorização do seu património edificado.

- ✓ Iniciaram-se os trabalhos de **construção dos balneários** de apoio ao polidesportivo existente na **entrada oeste de Perais**. O edifício construído comporta sanitários, vestiários e duchas para duas equipas, permitindo a realização no local, com a dignidade exigida, de torneios desportivos e de convívios sociais por parte da população de Perais. Para além da construção destes apoios procedeu-se à valorização urbanística da envolvente deste equipamento desportivo.

- ✓ **Alargamento de Pontão em Alfrívada** – Atendendo ao estrangulamento existente na estrada municipal 553, provocado pela ponte ali existente, e considerando o facto de esta se localizar na entrada da povoação de Alfrívada e à situação de risco provocada pela visibilidade condicionada para os automobilistas, iniciaram-se os trabalhos de ampliação da referida estrutura, que irá contemplar a construção de um passadiço lateral permitindo que os peões que por ali circulem o façam de uma forma mais segura.



- ✓ Pelo facto de 2013 ter sido o ano de encerramento do atual quadro comunitário e não sendo para já previsível a captação de financiamentos desta natureza, as obras realizadas por administração direta revestiram-se de especial importância. Ainda que não se tratando de grandes obras, constituem realizações que se revestem de um reflexo imediato na qualidade de vida das populações. Neste sentido, foi efetuada

uma diversidade de **obras de reparação** em pavimentos, calçadas e de construção de muros de suporte, nas diversas povoações deste concelho.

3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA

- ✓ O município assume a educação como um desígnio prioritário na sua estratégia de desenvolvimento municipal requalificando os espaços escolares, nomeadamente na escola sede do agrupamento, reforçando os apoios socioeducativos (gratuidade na frequência das creches e nos transportes escolares), proporcionando atividades de enriquecimento extracurricular e apoiando o projeto educativo do Agrupamento de Escolas.
- ✓ No âmbito cultural destaque para a diversidade de iniciativas produzidas pela **Biblioteca Municipal José Batista Martins**, que procura integrar no seu programa de animação, iniciativas que assinalam datas importantes ligadas à realidade cultural nacional. No decorrer de 2013 concebeu e dinamizou inúmeras atividades ligadas ao livro e à leitura, apoio às atividades educativas do Agrupamento de Escolas, à ocupação de crianças e jovens em atelier's temáticos, organizou exposições temáticas, passeios fotográficos, foi responsável pela apresentação de livros e pela realização de pequenos filmes infantis que submeteu a concursos nacionais.



- ✓ A **Casa de Artes e Cultura do Tejo** assume-se com um polo dinamizador da atividade artística desenvolvida no concelho, conciliando diferentes valências que se encontram ao serviço do movimento associativo e da população. Este equipamento permitiu dar continuidade à aposta deste município na oferta regular de uma programação cultural, nas áreas da Música, Cinema, Teatro e Exposições. A programação cultural da CACTEJO privilegia, claramente, a opção pela diversidade, assente em critérios de qualidade e sustentabilidade financeira.



- ✓ Considerando a importância das associações locais na dinamização da vida cultural, desportiva e social do concelho, o município deu apoio ao Centro Desportivo, Recreativo e Cultural de Vila Velha de Ródão (CDRC), na elaboração de uma candidatura ao programa de apoio PRODER. A candidatura, entretanto aprovada, destina-se à remodelação da sua sede social e merecerá o apoio do município, através de uma comparticipação financeira.

3.2.4. AMBIENTE

- ✓ Os municípios de Ródão e de Proença-a-Nova estabeleceram um protocolo destinado à elaboração, conjunta, da proposta de criação da área protegida do **Parque Natural Regional do Almourão** e à sua inclusão na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Com este projeto pretende-se assegurar a integridade, a conservação, a defesa e a valorização do importante património natural e cultural existente no território a classificar.



- ✓ Numa estratégia de valorização dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, o município de Vila Velha de Ródão, a Celtejo e a Quercus assinaram um protocolo do qual resultou a construção de um alimentador para aves necrófagas, na Serra da Achada, em terrenos pertença do município.

3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- ✓ A autarquia pretende consolidar a prática desportiva como uma mais-valia para o concelho e tem vindo a melhorar os serviços disponibilizados aos munícipes, assim como a qualidade das infraestruturas existentes para a prática do desporto. Porque o concelho dispõe de condições de excelência para o desenvolvimento de um leque variado de desportos que privilegiam o convívio e o bem estar físico, a competição, a aventura e o contato com a natureza. Estas são linhas de intervenção prioritárias que se pretende consolidar.



- ✓ Concretizámos o programa de **Ocupação dos Tempos Livres** dos jovens através dos projetos de ATL direcionados para crianças e o campo de férias para adolescentes. Estes programas ocupacionais destacam-se pela qualidade que tem atraído a participação de crianças e jovens de outros concelhos. Também a população mais idosa tem sido alvo do acompanhamento dos técnicos do município, através de atividades ocupacionais que visam estimular a atividade física e intelectual, aumentando assim a sua qualidade de vida.

3.2.6. AÇÃO SOCIAL

- ✓ Na área da Ação Social, compete às autarquias, através de uma ação sistemática e diversificada, minimizar os problemas e as carências que afetam os grupos sociais



mais vulneráveis, como crianças e jovens em situação de risco, pessoas portadoras de deficiência, idosos, e outros grupos excluídos social e culturalmente.

Neste sentido, a ação social é encarada, cada vez mais, como uma prioridade para o município e, ano após ano, tem merecido especial atenção, principalmente no contexto de crise vivido no país e que, inevitavelmente, se reflete na vida das famílias.

- ✓ Pautando a sua ação por uma intervenção discreta, a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens** tem vindo a trabalhar de forma pró-ativa, tendo sido sinalizados os casos cujo comportamento é considerado de risco e tem efetuado o acompanhamento dos mesmos.
- ✓ A autarquia concedeu diversos apoios na área social, entre eles, os apoios sociais às crianças frequentadoras das creches e jardim-de-infância, o apoio a estudantes de todos os níveis de ensino, apoios à fixação de jovens e famílias, incentivos a habitação e recuperação de imóveis para habitação própria, apoios aos idosos e classes sociais desfavorecidas, e a disponibilização de transportes gratuitos por todo o concelho.
- ✓ A autarquia procurou ainda envolver os munícipes num compromisso, em torno de uma nova dimensão do princípio da solidariedade como valor da expressão social, o voluntariado. Neste sentido, a **Loja Social** contou com o apoio de um grupo de munícipes, no âmbito do Banco Local de Voluntariado os quais, ao longo do ano, dinamizaram e asseguraram a organização e abertura da loja social ao público e colaboraram ativamente nas ações de recolha de alimentos, no âmbito das campanhas do Banco Alimentar. A Loja Social é uma das formas mais diretas e acessíveis de ajustar a oferta de quem quer contribuir, com a procura por parte daqueles que mais necessitam.
- ✓ Realizou-se a **VII Jornada das Gerações de Ródão**, evento destinado a todos os idosos e reformados do concelho. Este constitui uma marca inquestionável do concelho no que toca à participação ativa da comunidade em torno da terceira idade. Esta iniciativa assume um papel importante no que se refere à promoção de uma cidadania sénior saudável, que procura combater a solidão e o isolamento. Esta ação envolveu cerca de 1000 idosos e 95 voluntários e contou com um programa cultural bastante preenchido. Na iniciativa puderam também participar as crianças e jovens deste concelho, para as quais foram preparadas atividades desportivas que lhes proporcionaram um dia bastante animado. A iniciativa promoveu um verdadeiro e salutar encontro de gerações.



3.2.7. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- ✓ Tendo em vista a criação de condições para uma administração pública mais eficiente e eficaz, com vantagens para os cidadãos e para as empresas, reduzindo custos, qualificando o atendimento aos cidadãos e melhorando o acesso destes aos serviços, apresentou a autarquia de Vila Velha de Ródão um projeto de modernização administrativa ao Programa Operacional Fatores de Competitividade, no âmbito do SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa). Esta candidatura tem como objetivo incentivar uma cultura de serviço público de qualidade, do aumento da produtividade, da promoção da eficácia e da gestão pública de excelência.



4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. ORÇAMENTO

4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como finalidade analisar os elementos relativos à execução orçamental de 2013, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais rubricas.

Assim, são de realçar os seguintes aspetos:

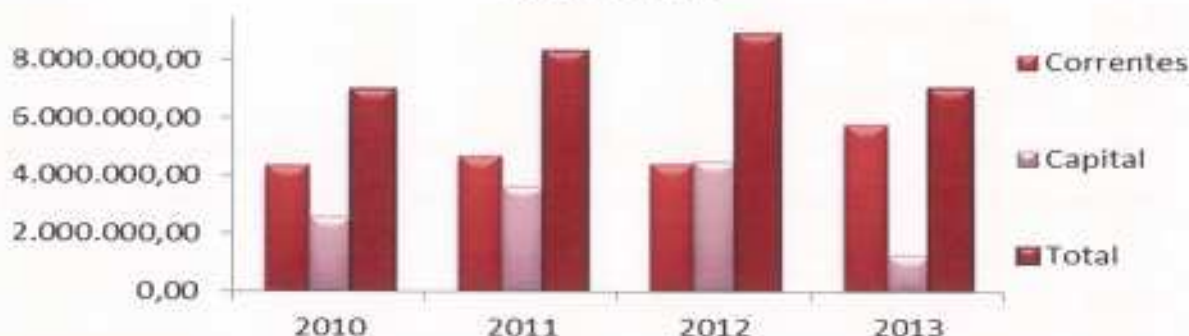
RECEITAS

As receitas totalizaram € 7.055.111,65, tendo atingido as receitas de natureza corrente o valor de € 5.796.479,50 (81,59%), as de capital, o valor de € 1.246.303,92 (17,67%) e as outras receitas, o valor de € 52.240,97 (0,74%), que por respeitarem a reposições não abatidas nos pagamentos de natureza corrente e de capital, serão acrescidas às receitas consoante a sua natureza, totalizando assim as *receitas correntes* € 5.796.479,50 (82,16%) e as receitas de capital € 1.258.632,13 (17,84%).

Designação	2012	2013	Variação	
			Valor	%
Receitas Correntes	4.427.780,63	5.796.479,50	1.368.698,87	30,91
Receitas de Capital	4.518.815,41	1.258.632,13	-3.260.183,28	-72,15
Total	8.946.596,04	7.055.111,63	-1.891.484,41	-21,14

Comparativamente ao ano transato, observa-se um decréscimo das receitas em cerca de 1.891 mil euros (-21,14%), facto que se deve à significativa redução das receitas de capital, em cerca de 3.260 mil euros (-72,15%), resultante, essencialmente, do decréscimo significativo registado nas transferências, quer por redução das transferências das sociedades não financeiras (EDP Produção), quer pela alteração da natureza das transferências do Orçamento do Estado, que reduziram, globalmente, em cerca de 3.143 mil euros. Igualmente as Venda de Bens de Investimento sofreram um decréscimo em cerca de 90 mil euros. As receitas correntes sofreram um acréscimo em cerca de 1.369 mil euros (30,91%), tendo contribuído para esta situação o acréscimo das rubricas com maior peso nesta natureza da receita, essencialmente pela alteração à natureza do FEF, que sofreu um aumento de 838 mil euros, refletido inversamente na receita de capital, e pelo aumento da receita dos Impostos Diretos em cerca de 341 mil euros.

Receitas



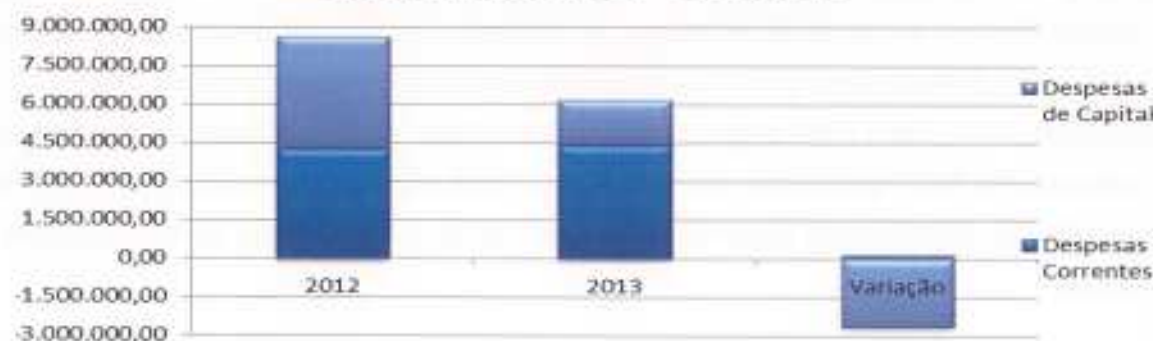
DESPESAS

As despesas totalizaram € **6.166.327,98**, sendo constituídas por despesas de natureza corrente de € 4.423.671,17 (71,74%) e por despesas de capital de € 1.742.656,81 (28,26%).

Designação	2012	2013	Variação	
			Valor	%
Despesas Correntes	4.257.026,11	4.423.671,17	166.645,06	3,91
Despesas de Capital	4.369.055,01	1.742.656,81	-2.626.398,20	-60,11
Total	8.042.912,16	6.166.327,98	-2.459.753,14	-28,52

Em relação ao ano transato, e à semelhança do comportamento da receita, observa-se também um decréscimo das despesas em cerca de 2.460 mil euros (-28,52%), como resultado da elevada redução das despesas de capital, que sofreram um decréscimo em cerca de 2.626 mil euros (-60,11%), essencialmente devido à redução da despesa com a aquisição de bens de capital que diminuiu cerca de 2.387 mil euros. Contrariamente, as despesas correntes sofreram um ligeiro acréscimo, em cerca de 167 mil euros (3,91%), tendo contribuído para esta situação o aumento das duas rubricas com maior peso nas despesas desta natureza: as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços.

Comparação da Despesa

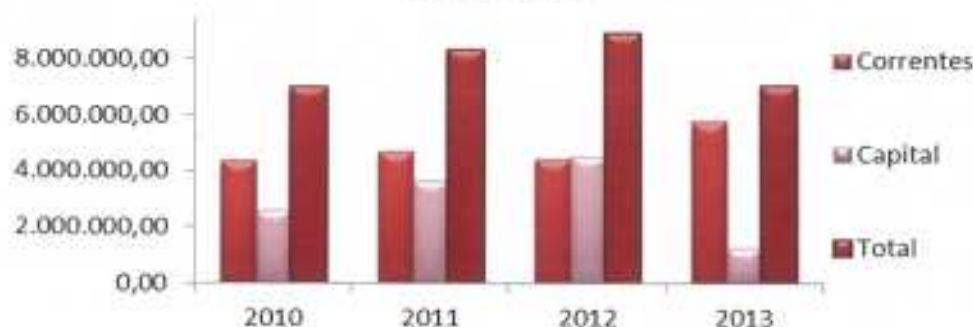




4.1.2. DADOS HISTÓRICOS

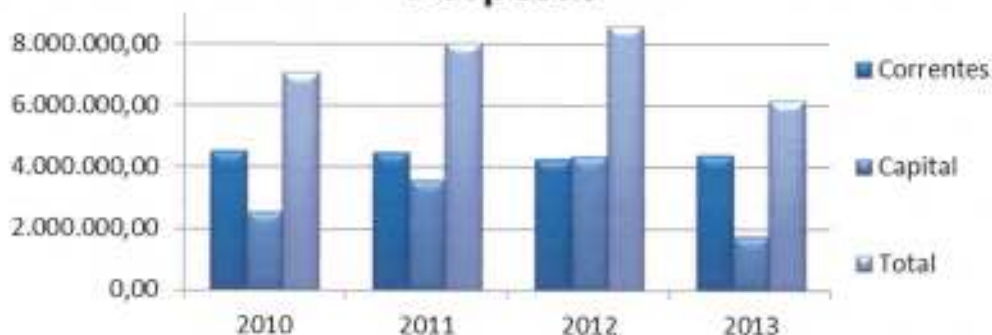
Receitas	2010	2011	2012	2013
Correntes	4.385.771,21	4.706.280,45	4.427.780,63	5.796.479,50
Capital	2.627.022,47	3.637.945,69	4.518.815,41	1.258.632,13
Total	7.012.793,68	8.344.226,14	8.946.596,04	7.055.111,63

Receitas



Despesas	2010	2011	2012	2013
Correntes	4.546.055,63	4.482.605,24	4.257.026,11	4.423.671,17
Capital	2.539.894,16	3.560.306,92	4.369.055,01	1.742.656,81
Total	7.085.949,79	8.042.912,16	8.626.081,12	6.166.327,98

Despesas



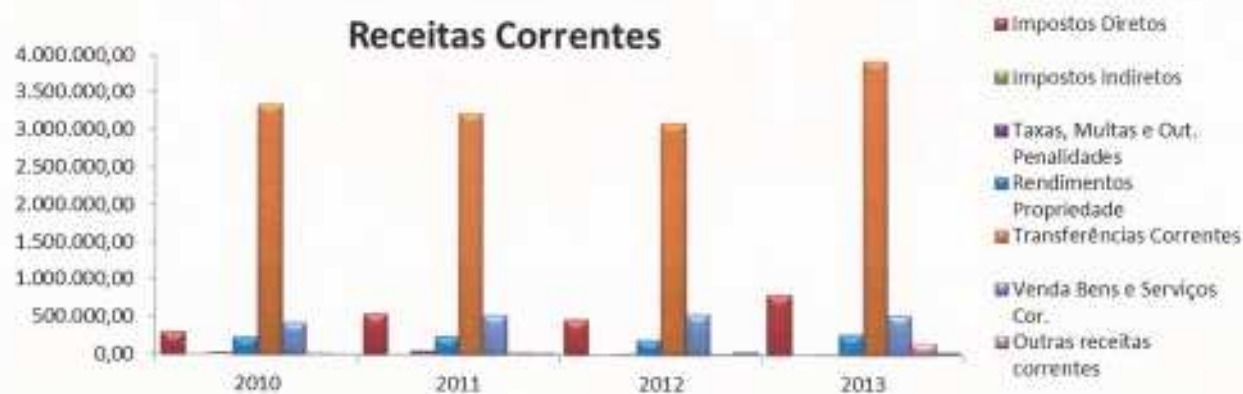
De um modo geral, as **receitas totais** invertem a tendência dos últimos anos, registando um decréscimo de 21,14%, devendo-se este essencialmente ao decréscimo das receitas de capital, em cerca de 72,15% face ao ano transato, tendo mesmo as receitas correntes registado um acréscimo significativo de 30,91%. Do mesmo modo, as **despesas totais** inverteram a tendência anterior, reduzindo cerca de 28,52% em relação a 2012. À semelhança da receita, para esta situação contribuiu o decréscimo das despesas de capital em 60,11%, tendo as despesas correntes sofrido um acréscimo de 3,91%.



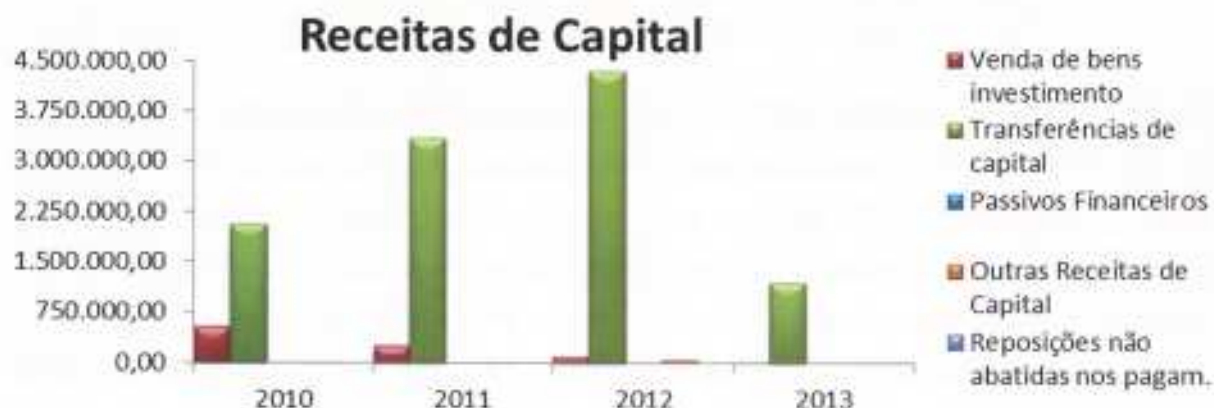
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO
Relatório de Gestão
Exercício 2013



Receitas Correntes	2010	2011	2012	2013
Impostos Diretos	305.237,53	554.091,65	473.221,83	814.217,32
Impostos Indiretos	13.919,07	11.677,60	8.109,96	9.184,19
Taxas, Multas e Out. Penalidades	25.309,05	58.964,27	23.195,18	19.610,81
Rendimentos de Propriedade	232.011,40	245.629,80	201.772,12	273.692,95
Transferências Correntes	3.354.242,19	3.236.806,05	3.105.595,10	3.938.728,79
Venda de Bens e Serviços Correntes	426.917,30	528.787,77	542.802,92	533.174,63
Outras Receitas Correntes	24.660,50	40.802,56	32.066,39	167.958,05
Reposições não abatidas pagamentos	3.474,17	29.520,75	41.017,13	39.912,76
Total Receitas Correntes	4.385.771,21	4.706.280,45	4.427.780,63	5.796.479,50



Receitas Capital	2010	2011	2012	2013
Vendas de Bens de Investimento	545.273,76	265.883,50	102.926,00	12.671,00
Transferências de Capital	2.074.030,34	3.364.550,39	4.357.662,19	1.214.377,42
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	7.718,37	7.511,80	58.227,22	19.255,50
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00		12.328,21
Total Receitas Capital	2.627.022,47	3.637.945,69	4.518.815,41	1.258.632,13





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

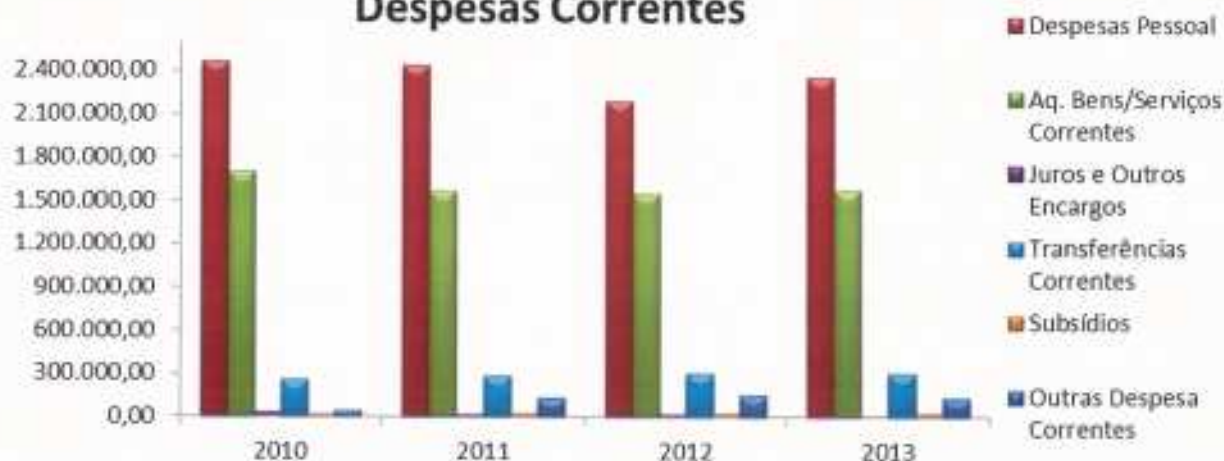
Relatório de Gestão

Exercício 2013



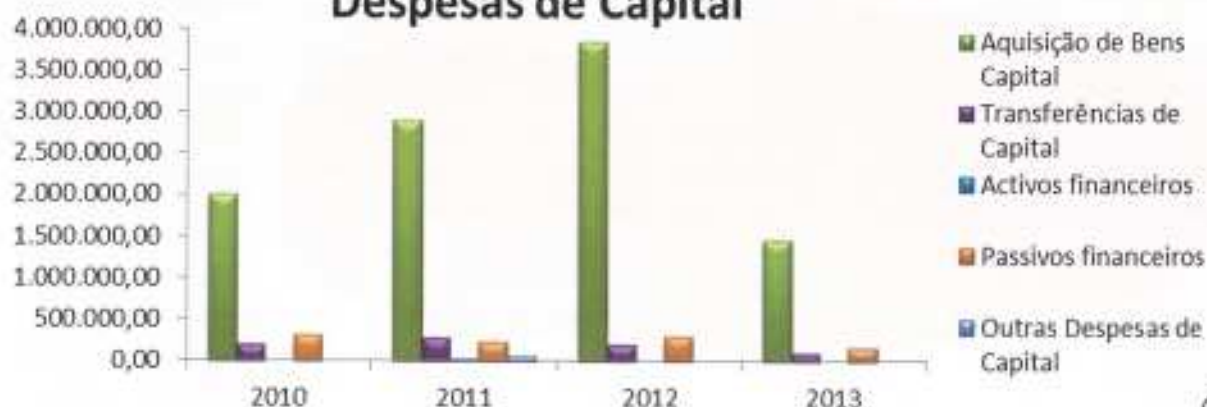
Despesas Correntes	2010	2011	2012	2013
Despesas com Pessoal	2.473.508,90	2.446.284,25	2.188.804,20	2.360.556,13
Aquisição de Bens e Serviços	1.701.812,74	1.565.587,37	1.554.293,79	1.581.759,24
Juros e Outros Encargos	34.490,16	22.307,33	24.096,50	10.462,34
Transferências Correntes	262.792,84	286.116,59	306.909,34	309.312,62
Subsídios	24.537,50	27.831,60	25.600,30	28.928,70
Outras Despesas Correntes	48.913,49	134.478,10	157.321,98	132.652,14
Total Despesas Correntes	4.546.055,63	4.482.605,24	4.257.026,11	4.423.671,17

Despesas Correntes



Despesas Capital	2010	2011	2012	2013
Aquisição de Bens de Capital	2.012.784,54	2.902.761,76	3.854.766,96	1.467.881,98
Transferências de Capital	205.948,45	296.648,61	207.080,29	104.219,27
Ativos Financeiros	0,00	38.380,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	321.161,17	239.741,85	307.207,76	170.555,56
Outras Despesas de Capital	0,00	82.774,70	0,00	0,00
Total Despesas Capital	2.539.894,16	3.560.306,92	4.369.055,01	1.742.656,81

Despesas de Capital



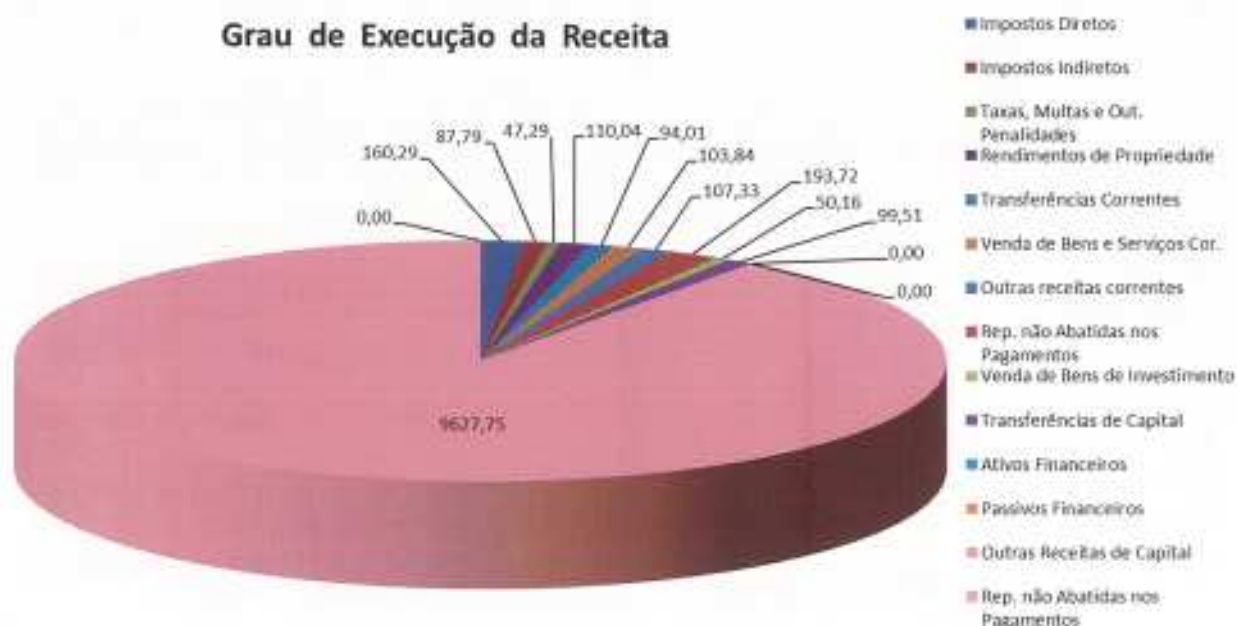


4.1.3. RECEITA

4.1.3.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receitas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso Relativo na execução (%)
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	507.967,00	814.217,32	160,29	11,54
Impostos Indiretos	10.462,00	9.184,19	87,79	0,13
Taxas, Multas e Outras Penalidades	41.473,00	19.610,81	47,29	0,28
Rendimentos de Propriedade	248.716,00	273.692,95	110,04	3,88
Transferências Correntes	4.189.737,00	3.938.728,79	94,01	55,83
Venda de Bens e Serviços Correntes	513.458,00	533.174,63	103,84	7,56
Outras Receitas Correntes	156.488,00	167.958,05	107,33	2,38
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	20.603,00	39.912,76	193,72	0,57
Total Receitas Correntes	5.688.904,00	5.796.479,50	101,89	82,16
Receitas Capital				
Venda de bens de Investimento	25.262,54	12.671,00	50,16	0,18
Transferências de Capital	1.220.396,00	1.214.377,42	99,51	17,21
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	200,00	19.255,50	9627,75	0,27
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	12.328,21	100,00	0,17
Total Receitas de Capital	1.245.858,54	1.258.632,13	101,03	17,84
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	6.934.762,54	7.055.111,63	101,74	100,00

Grau de Execução da Receita



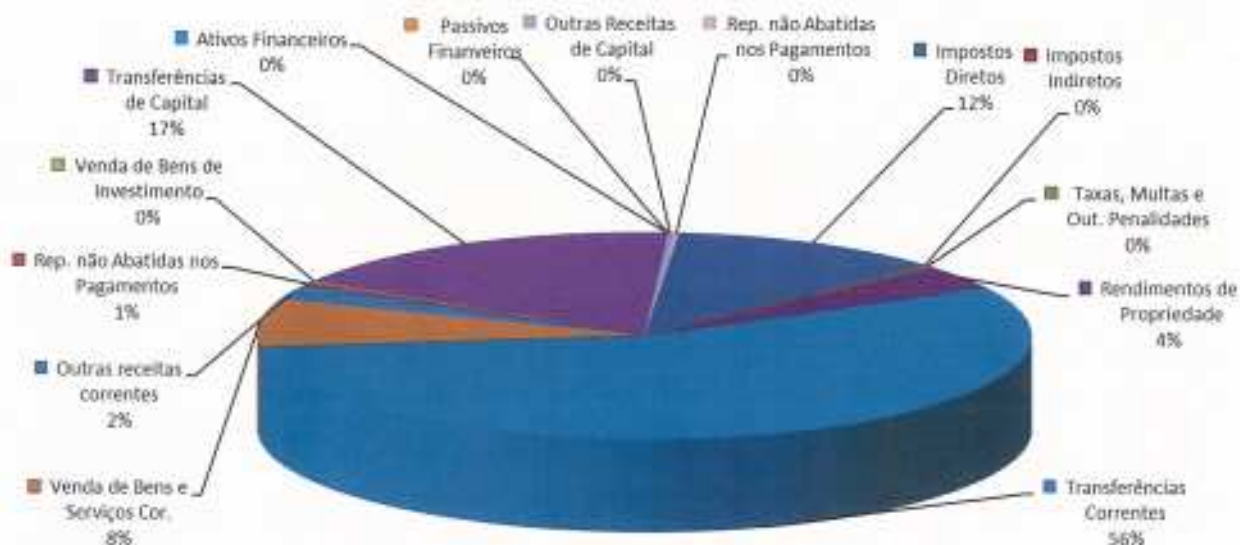


As receitas atingiram uma execução de 101,74% do valor orçado, refletindo a média da execução da receita de natureza corrente (101,89%) e de capital (101,03%), tendo-se verificado uma execução superior ao valor orçado nas diferentes naturezas da receita.

As **receitas correntes** obtiveram uma execução de 101,89% face ao previsto. Esta situação deveu-se essencialmente ao facto das receitas próprias da autarquia, com algum peso na execução corrente, os "Impostos Diretos", os "Rendimentos de Propriedade" e a "Venda de Bens e Serviços Correntes", com um peso de 14,05%, 4,72% e 9,20% respetivamente, terem atingido uma execução acima do inicialmente previsto de 160,29%, 110,04% e 103,84% respetivamente, sobretudo por via do acréscimo da derrama e do Imposto Municipal sobre Imóveis. Deste modo foi compensando o facto da rubrica com maior peso na execução corrente (67,95%), as "Transferências Correntes", que atingiram cerca de 3.939 mil euros, ter obtido uma execução abaixo do previsto (94,01%). A rubrica "Reposições não Abatidas nos Pagamentos Correntes" atingiu uma execução face ao previsto de 193,72%, contudo, perante o seu baixíssimo peso na execução da receita da mesma natureza (0,69%), não teve grande impacto na execução corrente. De um modo geral, todas as rubricas correntes atingiram uma execução acima do valor previsto, à exceção dos "Impostos Diretos" e das "Taxas, Multas e Outras Penalidades" que registaram execuções de 87,79% e 47,29%, respetivamente. A média de execução das três rubricas com maior peso na execução corrente foi de 119,38%, sendo a média de execução das rubricas das receitas correntes de 113,04%.

As **receitas de capital** obtiveram uma execução de 101,03% face ao previsto, essencialmente devido ao facto da rubrica com maior peso na receita de capital arrecadada, as "Transferências de Capital" (96,48%), que atingiu cerca de 1.214 mil euros, ter obtido uma execução de 99,51% face ao previsto. A rubrica "Venda de Bens de Investimento", com um peso de apenas 1,01% na execução da receita de capital, registou uma execução de 50,16% face ao previsto, atingindo um valor em cerca de 13 mil euros. A rubrica "Outras Receitas de Capital" apresenta uma execução muito elevada face ao previsto (9.627,75%), contudo, face ao seu baixo peso na execução da receita da mesma natureza (1,53%), não teve grande impacto na execução corrente. A rubrica "Passivos Financeiros" não tem execução porque, conforme previsto, não houve necessidade de recorrer à contratação de empréstimos. Os recursos próprios da autarquia apenas representaram 3,52% da receita de capital.

Peso Relativo por Rubricas



As receitas correntes contribuíram em 82,16% para a execução do orçamento, enquanto as receitas de capital contribuíram com 17,84%.

As rubricas com maior peso relativo na execução da receita, quer das receitas correntes quer das receitas de capital, foram as Transferências, com um peso de 55,83% e 17,21%, respetivamente, demonstrando bem o elevado grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios, que correspondem a 73,04% da execução total da receita, representando os recursos próprios apenas 26,96%. Registou-se assim um acréscimo das receitas próprias do município face ao ano transato (11,03%), quer por via do aumento generalizado das rubricas dos recursos próprios correntes do município, quer por via da redução das Transferências de Capital.



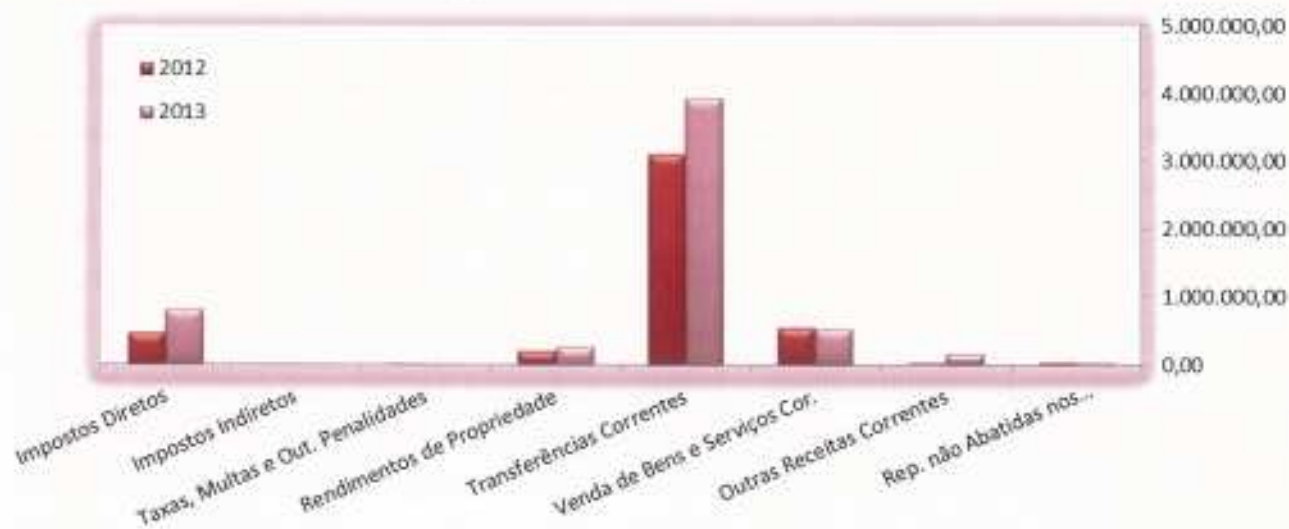
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO
Relatório de Gestão
 Exercício 2013



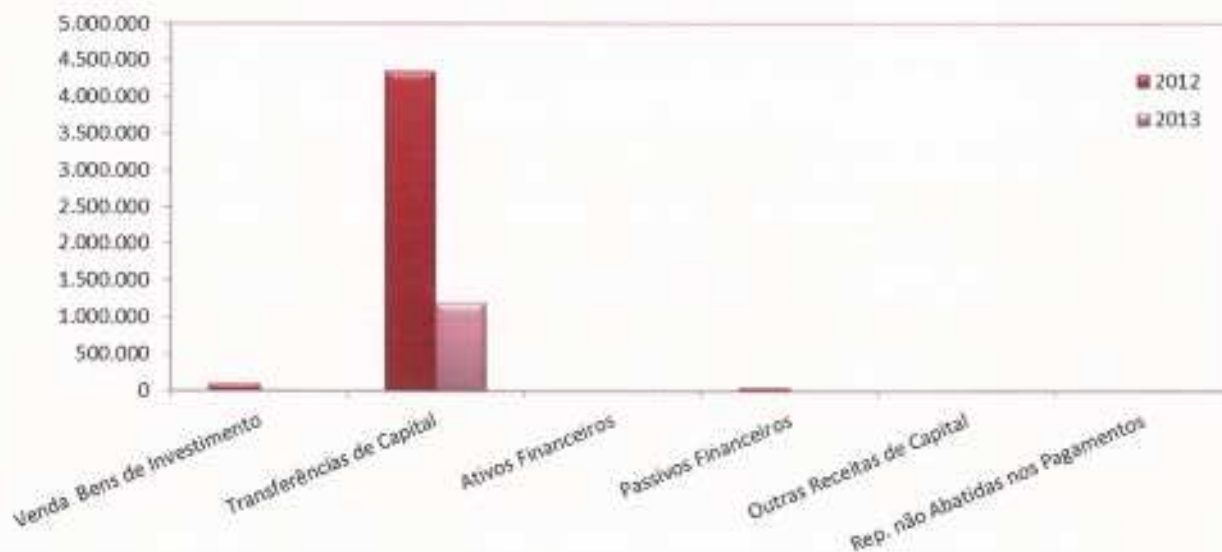
4.1.3.2. ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receita	Execução 2012		Execução 2013		Variação 2012/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	473.221,83	10,69	814.217,32	14,05	340.995,49	72,06
Impostos Indiretos	8.109,96	0,18	9.184,19	0,16	1.074,23	13,25
Taxas, Multas e Outras Penalidades	23.195,18	0,52	19.610,81	0,34	-3.584,37	15,45
Rendimentos de Propriedade	201.772,12	4,56	273.692,95	4,72	71.920,83	35,64
Transferências Correntes	3.105.595,10	70,14	3.938.728,79	67,95	833.133,69	26,83
Venda de Bens e Serviços Correntes	542.802,92	12,26	533.174,63	9,20	-9.628,29	-1,77
Outras Receitas Correntes	32.066,39	0,72	167.958,05	2,90	135.891,66	423,78
Reposições não abatidas nos pagamentos	41.017,13	0,93	39.912,76	0,69	-1.104,37	0,00
Total Receitas Correntes	4.427.780,63	100,00	5.796.479,50	100,00	1.368.698,87	30,91
Receitas Capital						
Vendas de Bens de Investimento	102.926,00	2,28	12.671,00	1,01	-90.255,00	-87,69
Transferências de Capital	4.357.662,19	96,43	1.214.377,42	96,48	-3.143.284,77	-72,13
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	58.227,22	1,29	0,00	0,00	-58.227,22	100,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	19.255,50	1,53	19.255,50	ss
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	12.328,21	0,98	12.328,21	ss
Total Receitas de Capital	4.518.815,41	100,00	1.258.632,13	100,00	-3.260.183,28	-72,15
TOTAL RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	8.946.596,04		7.055.111,63		-1.891.484,41	-21,14

Execução da Receita Corrente



Execução da Receita de Capital



De um modo geral, as receitas reduziram em cerca de 1.891 mil euros (-21,14%). Esta situação resultou da redução verificada nas receitas de capital, que sofreram um decréscimo em cerca de 3.260 mil euros (-72,15%), tendo mesmo as receitas corrente registado um acréscimo significativo em cerca de 1.369 mil euros (30,91%).

Comparativamente ao ano anterior, as **receitas correntes** sofreram um aumento em cerca de 1.369 mil euros, constatando-se a subida generalizada das várias rubricas com maior peso nesta natureza da receita, exceção feita às rubricas "Taxas Multas e Outras Penalidades", "Venda de Bens e Serviços Correntes" e "Reposições não Abatidas nos Pagamentos" que apresentaram uma redução global, face ao ano transato, em cerca de 14 mil euros. O maior acréscimo em valor verificou-se na rubrica com maior peso na execução corrente, as "Transferências Correntes", que sofreram um aumento de 26,83%. Esta rubrica, que representou 67,95% da execução corrente, sofreu um aumento, face ao ano anterior, em cerca de 833 mil euros, atingindo assim, em 2013, o valor de 3.939 mil euros. Este facto deve-se, essencialmente, à alteração da natureza do FEF passando, cerca de 839 mil euros, a ter a natureza corrente. Os "Impostos Diretos", rubrica que representa 14,05% na execução corrente, registou um acréscimo em cerca de 341 mil euros, situação diretamente relacionada com o valor arrecadado respeitante à derrama e ao IMI, que aumentou, face ao ano transato, em cerca de 243 mil euros e 115 mil euros respetivamente, atingindo assim esta rubrica o valor de 814 mil euros. A rubrica que apresentou maior acréscimo percentual (423,78%) foi as "Outras Receitas Correntes" contudo, face ao seu peso na execução corrente (2,90%), apenas correspondeu a um aumento em cerca de 136 mil euros. Deste



modo, as receitas próprias da autarquia representam 32,05% das receitas correntes, verificando-se na gerência um acréscimo deste tipo de receitas, de 2,19%.

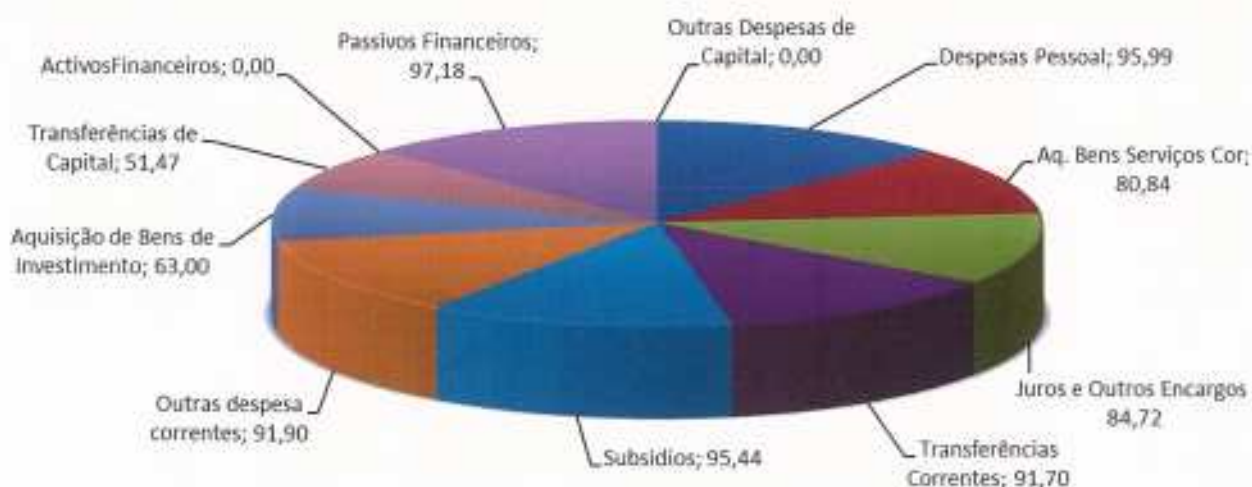
As **receitas de capital** sofreram um decréscimo significativo de 72,15% comparativamente a 2012, representando uma redução da receita arrecadada em cerca de 3.260 mil euros, resultando de uma descida generalizada das rubricas de capital. O maior decréscimo em valor, equivalente a uma redução da receita em cerca de 3.143 mil euros, face ao valor arrecadado no ano transato, verificou-se nas "Transferências de Capital", rubrica mais significativa na arrecadação das receitas de capital, com um peso de 96,48%, atingindo assim, em 2013, o valor de 1.214 mil euros, essencialmente pela redução das verbas relativas ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o município e a EDP, para execução da Beneficiação do CM1355-IP2/Vale do Cobre/Foz do Cobre, cuja verba arrecadada não passou dos 221 mil euros e da redução do montante de FEF do capital, que passou a ter a natureza corrente. A rubrica "Venda de Bens de Capital, sofreu o maior decréscimo percentual (-87,69%), em cerca de 90 mil euros, passando a representar apenas 1,01% da receita de capital. Deste modo as receitas próprias de capital sofreram um acréscimo de 1,24%, passando a representar 3,52% das receitas de capital do Município, representando os recursos alheios 96,48%.

4.1.4. DESPESA

4.1.4.1. Análise da Execução do Orçamento da Despesa

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes				
Despesas Pessoal	2.459.080,00	2.360.556,13	95,99	38,28
Aquisição de Bens e Serviços	1.956.640,00	1.581.759,24	80,84	25,65
Juros e Outros Encargos	12.350,00	10.462,34	84,72	0,17
Transferências Correntes	337.298,00	309.312,62	91,70	5,02
Subsídios	30.312,00	28.928,70	95,44	0,47
Outras Despesa Correntes	144.350,00	132.652,14	91,90	2,15
Total Despesas Correntes	4.940.030,00	4.423.671,17	89,55	71,74
Despesas Capital				
Aquisição de Bens de Capital	2.329.800,00	1.467.881,98	63,00	23,80
Transferências de Capital	202.470,00	104.219,27	51,47	1,69
Ativos Financeiros	51.000,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	175.500,00	170.555,56	97,18	2,77
Outras Despesas de Capital	1.200,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	2.759.970,00	1.742.656,81	63,14	28,26
TOTAL DESPESAS CORRENTES CAPITAL	7.700.000,00	6.166.327,98	80,08	100,00

Grau de Execução da Despesa

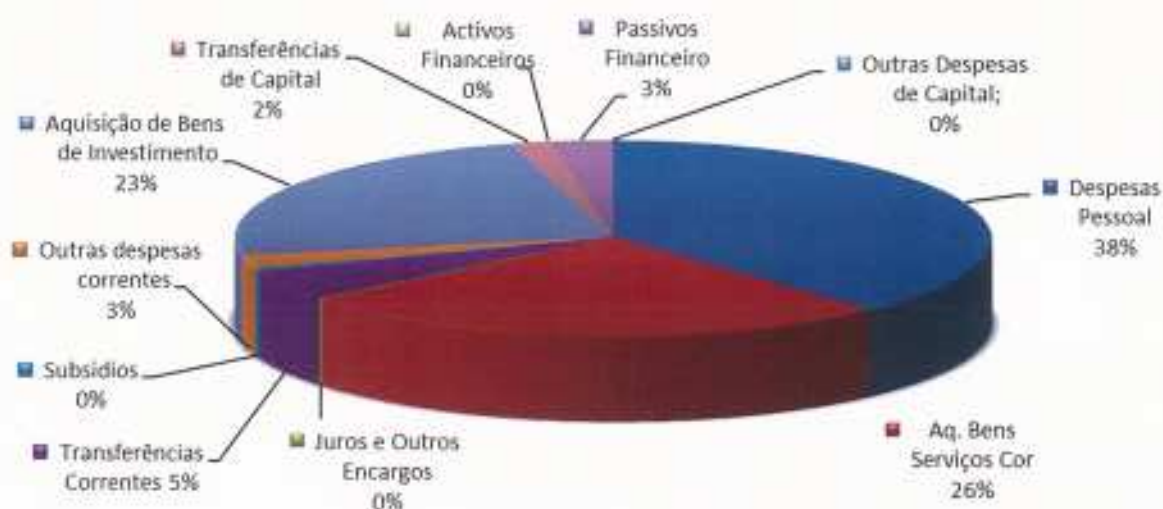


As despesas atingiram uma execução global de 80,08% do valor orçado, tendo-se registado uma redução na execução da despesa e de capital.

As **despesas correntes** foram executadas a em 89,55% em relação ao previsto, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de 90,10%, com todas as rubricas a registarem uma execução acima dos 81%. As rubricas com maior peso na execução corrente são as "Despesas com Pessoal", que atingiram uma execução de

95,99%, correspondendo a um valor de 2.361 mil euros e a "Aquisição de Bens e Serviços Corrente", que obtiveram uma execução de 80,84%, atingindo o valor de 1.582 mil euros. Nas **despesas de capital** verificou-se uma execução de 63,14% em virtude da rubrica com maior peso na execução de capital (84,23%), a "Aquisição de Bens de Investimentos", ter alcançado uma execução de 63,00% face ao previsto, ou seja, cerca de 1.468 mil euros. A rubrica que obteve maior execução face ao previsto foi os "Passivos Financeiros" (97,18%), contudo, face ao seu peso na execução da despesa de capital (9,79%), o valor atingido, cerca de 171 mil euros, não é muito significativo na execução de capital. As "Transferências de Capital", que representam 5,98% da execução da receita de capital, atingiram uma execução de apenas 51,47% face ao previsto, correspondendo a cerca de 104 mil euros.

Peso Relativo por Rubricas



As despesas correntes representaram 71,74% do total da execução da despesa, enquanto as despesas de capital obtiveram uma execução de 28,26%, tendo aumentado o peso da despesa corrente face à despesa total, em virtude da redução do investimento.

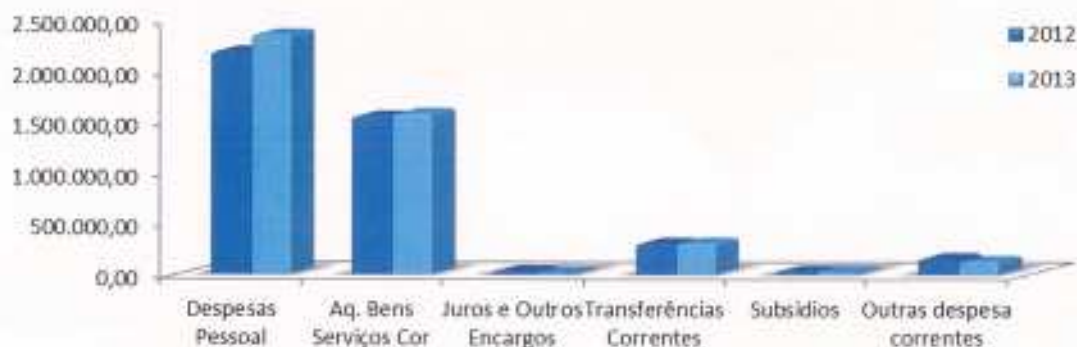
As rubricas com maior peso na execução corrente foram, como seria previsível, as "Despesas de Pessoal" (38,28%) e a "Aquisição de Bens e Serviços" (25,65%), repartindo-se os restantes 7,81% pelas outras rubricas correntes.

Nas despesas de capital a principal rubrica desta natureza, a "Aquisição de Bens de Capital" obteve a quase totalidade de execução, com 23,80%, repartindo-se a restante execução pelas rubricas "Transferências de Capital" e "Passivos Financeiros", com uma execução de 1,69% e 2,77%, respetivamente.

4.1.4.2. Análise Detalhada do Orçamento da Despesa

Capítulos da despesa	Execução 2012		Execução 2013		Variação 2012/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas Pessoal	2.188.804,20	49,48	2.360.556,13	53,36	171.751,93	7,85
Aquisição de Bens e Serviços	1.554.293,79	35,14	1.581.759,24	35,76	27.465,45	1,77
Juros e Outros Encargos	24.096,50	0,54	10.462,34	0,24	-13.634,16	-56,58
Transferências Correntes	308.909,34	6,94	309.312,62	6,99	2.403,28	0,78
Subsídios	25.600,30	0,58	28.928,70	0,65	3.328,40	13,00
Outras Despesa Correntes	157.321,98	3,56	132.652,14	3,00	-24.669,84	-15,68
Total Despesas Correntes	4.257.026,11	100,00	4.423.671,17	100,00	166.645,06	3,91
Despesas Capital						
Aquisição de Bens de Capital	3.854.766,96	221,20	1.467.881,98	84,23	-2.386.884,98	-61,92
Transferências de Capital	207.080,29	11,88	104.219,27	5,98	-102.861,02	-49,67
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	307.207,76	17,63	170.555,56	9,79	-136.652,20	-44,48
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Total Despesas Capital	4.369.055,01	100,00	1.742.656,81	100,00	-2.626.398,20	-60,11
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	8.626.081,12		6.166.327,98		-2.459.753,14	-28,52

Execução da Despesa Corrente



Execução da Despesa de Capital





De um modo geral, as despesas sofreram um decréscimo de 28,52% relativamente ao ano transato, correspondendo a uma redução em cerca de 2.460 mil euros, para o qual contribuiu o significativo decréscimo da despesa de capital (-60,11%), tendo mesmo a despesa corrente sofrido um acréscimo em 3,91%.

A **despesa corrente**, sofreu um acréscimo em cerca de 167 mil euros, correspondendo a uma variação de 3,91% face ao ano transato. Para este facto contribuiu o acréscimo das duas rubricas com maior peso na execução corrente, as "Despesas com Pessoal", e as "Aquisições de Bens e Serviços Correntes", rubricas com um peso de 53,36% e 35,76% respetivamente, correspondendo a um aumento da despesa em cerca de 192 mil euros, atingindo assim estas rubricas os valores de 2.361 mil euros e 1.582 mil euros respetivamente. O acréscimo da rubrica "Despesas com Pessoal" operou por via da reposição do pagamento dos subsídios de Natal e de Férias e pelo aumento dos descontos para os subsistemas de saúde. As rubricas "Transferências Correntes" e "Subsídios" apresentam também acréscimos de valores (2 mil e 3 mil euros), mas face ao seu peso na execução corrente esse facto não teve impacto no total da despesa desta natureza. As restantes rubricas correntes registaram decréscimos da despesa, verificando-se nos "Juros e Outros Encargos", com um peso de 0,24% na execução da despesa corrente, uma redução em cerca de 14 mil euros e nas "Outras Despesas Correntes", com um peso de 3,00%, uma redução em cerca de 25 mil euros.

As **despesas de capital** sofreram um significativo decréscimo de 60,11%, correspondendo a uma redução de despesa em cerca de 2.626 mil euros, reflexo da redução verificada na rubrica com maior peso na execução de capital (84,23%), a "Aquisição de Bens de Capital", em cerca de 2.387 mil euros, correspondendo a um decréscimo de 61,92% e atingindo assim a rubrica o valor de 1.468 mil euros. De um modo generalizado todas as rubricas de capital apresentaram reduções da despesa. Deste modo, também as "Transferências de Capital", registaram um decréscimo de valor em cerca de 103 mil euros, representando esta 5,98% da execução de capital, passando a apresentar o valor de 104 mil euros e a rubrica "Passivos Financeiros", reduziu em cerca de 137 mil euros, rubrica com um peso de 9,79% na despesa de capital, registando assim, em 2013, o valor de 171 mil euros, facto diretamente relacionada com a redução dos "Juros e Outros Encargos", de natureza corrente.

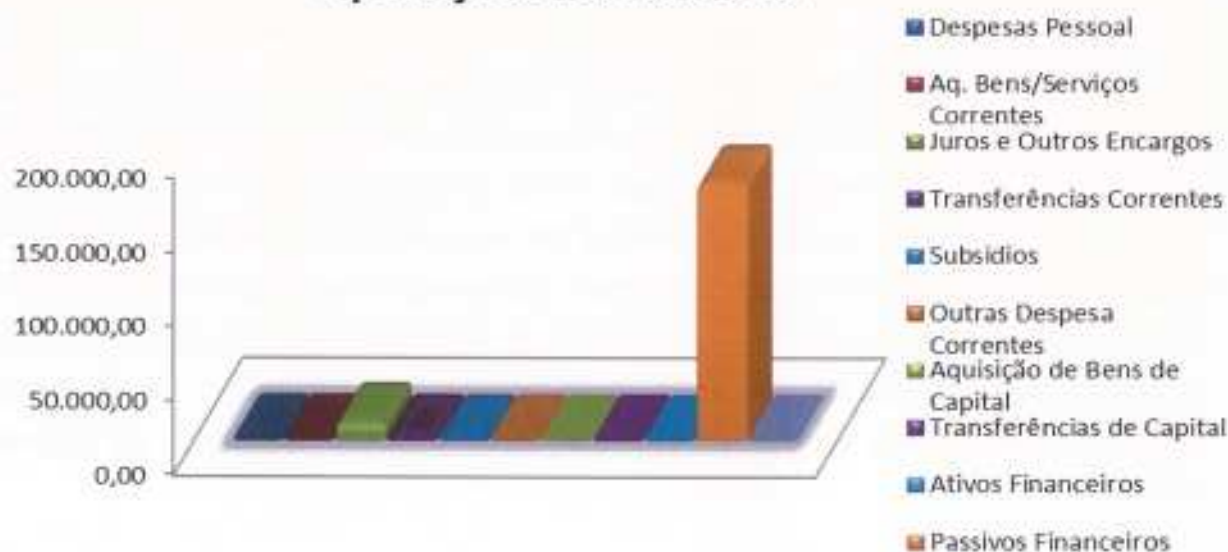


4.1.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Execução Orçamental das Operações Financeiras (0101)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	0,00	0,00	0,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	50,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	11.700,00	10.462,34	89,42
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	100,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	11.850,00	10.462,34	88,29
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	51.000,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	175.500,00	170.555,56	97,18
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	226.700,00	170.555,56	75,23
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	238.550,00	181.017,90	75,88

Operações Financeiras





Execução Orçamental das Classes Inativas (0102)

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	11.650,00	9.162,74	78,65
Aq. Bens/Serviços Correntes	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	100,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	11.750,00	9.162,74	77,98
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	11.750,00	9.162,74	77,98

Classes Inativas

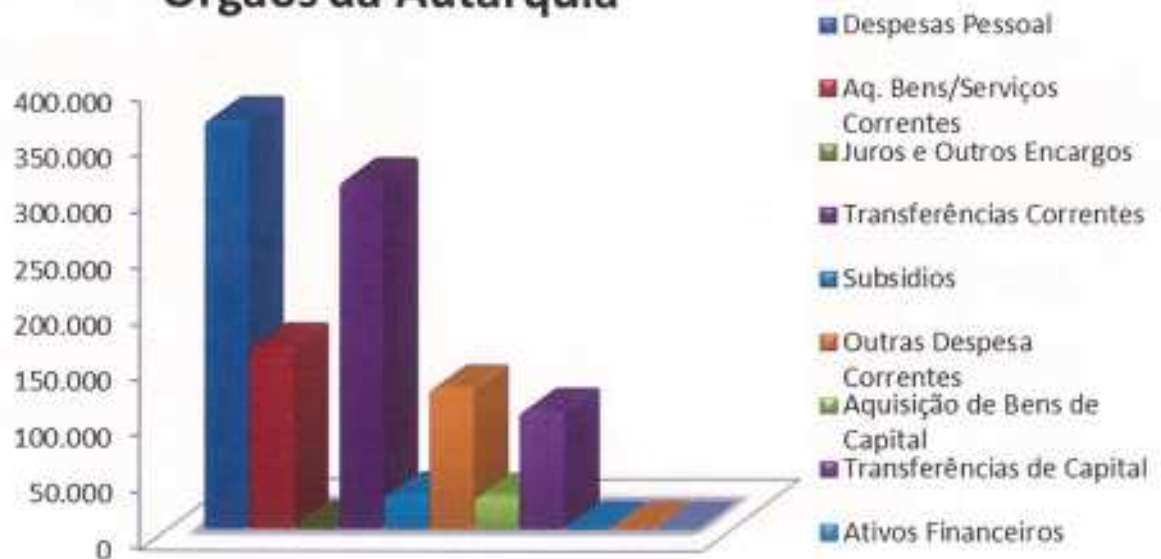




Execução Orçamental das Órgãos da Autarquia (0103)

Despesas Correntes	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	383.091,00	363.973,48	95,01
Aq. Bens/Serviços Correntes	245.540,00	161.827,07	65,91
Juros e Outros Encargos	100,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	337.298,00	309.312,62	91,70
Subsídios	30.312,00	28.928,70	0,00
Outras Despesa Correntes	133.600,00	124.548,63	93,23
Total Despesas Correntes	1.129.941,00	988.590,50	87,49
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	49.500,00	28.238,38	57,05
Transferências de Capital	202.470,00	104.219,27	51,47
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	252.170,00	132.457,65	52,53
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	1.382.111,00	1.121.048,15	81,11

Órgãos da Autarquia





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2013



Execução Orçamental das Assembleia Municipal (0104)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	10.400,00	6.810,77	65,49
Aq. Bens/Serviços Correntes	600,00	500,00	83,33
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	11.000,00	7.310,77	66,46
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	11.000,00	7.310,77	66,46

Assembleia Municipal

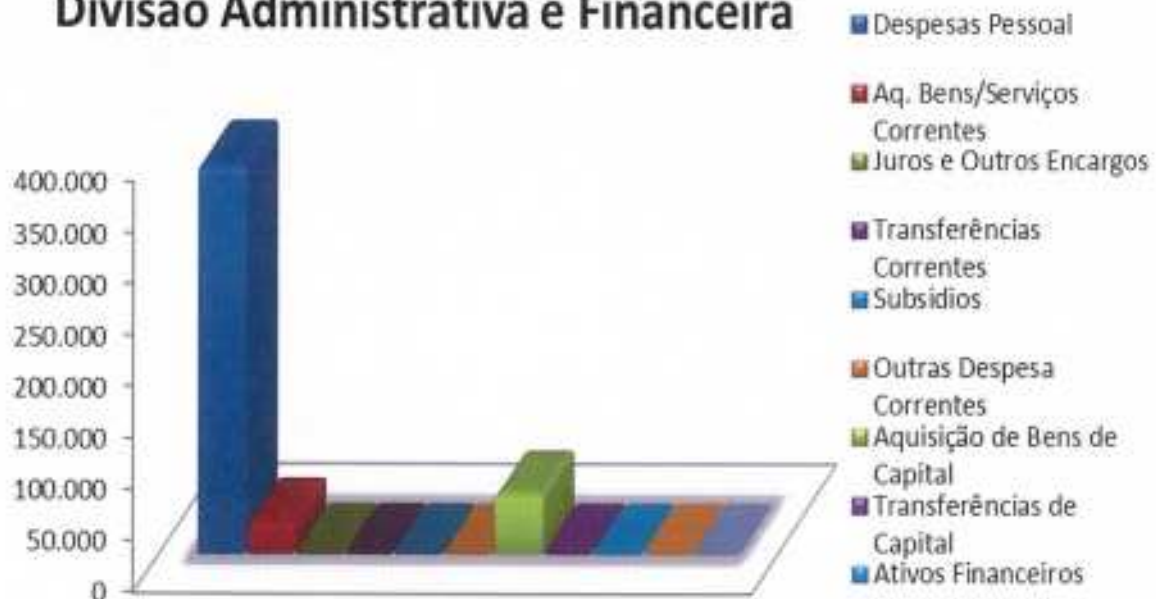




Execução Orçamental da Divisão Administrativa e Financeira (02)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	384.500,00	376.757,71	97,99
Aq. Bens/Serviços Correntes	43.450,00	28.178,58	64,85
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	150,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	428.100,00	404.936,29	94,59
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	78.750,00	55.433,44	70,39
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	78.950,00	55.433,44	70,21
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	507.050,00	460.369,73	90,79

Divisão Administrativa e Financeira





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

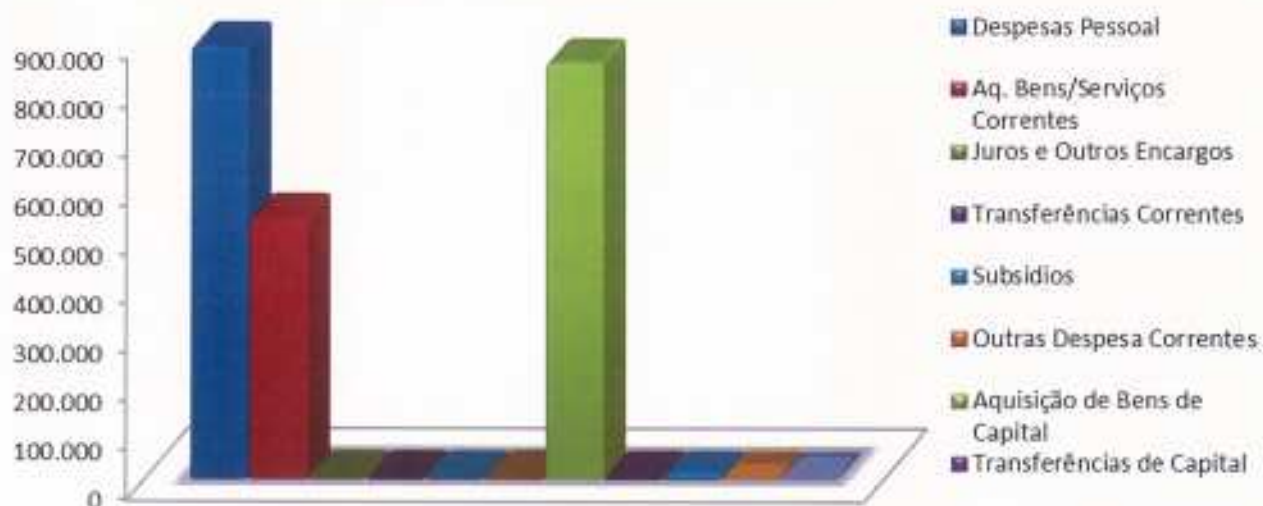
Exercício 2013



Execução Orçamental da Divisão de Obras, Habitação, Urbanismo e Serviços Urbanos (03)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	905.344,00	883.748,08	97,61
Aq. Bens/Serviços Correntes	613.700,00	532.296,40	86,74
Juros e Outros Encargos	50,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	300,00	55,21	18,40
Total Despesas Correntes	1.519.394,00	1.416.099,69	93,20
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	1.312.800,00	850.003,36	64,75
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	1.313.000,00	850.003,36	64,74
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	2.832.394,00	2.266.103,05	80,01

Div. Obras, Habitação, Urbanismo e Ser. Urbanos

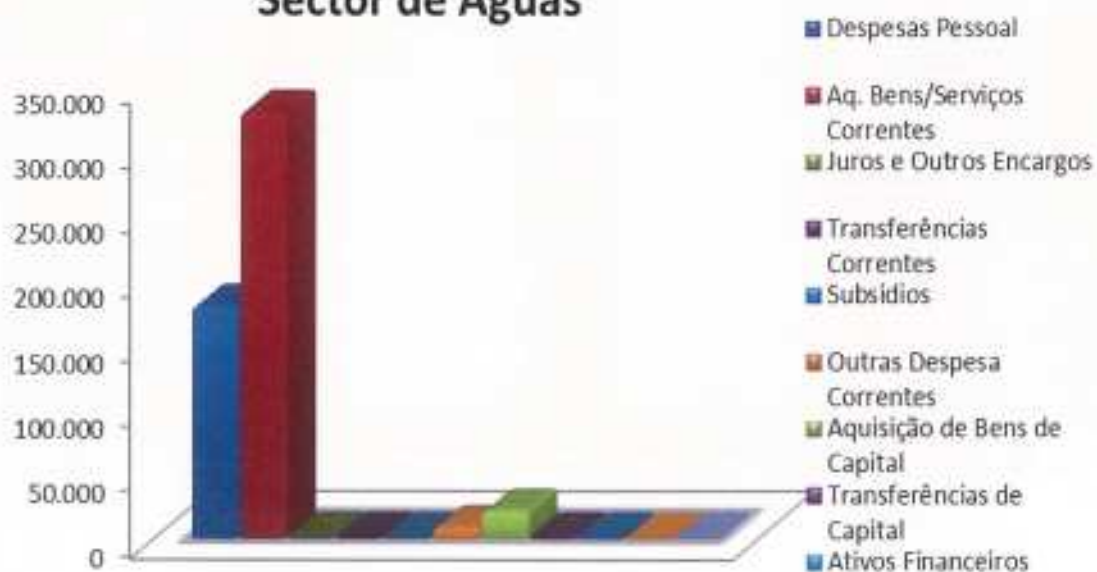




Execução Orçamental do Setor de Águas (04)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	195.111,00	177.962,33	91,21
Aq. Bens/Serviços Correntes	416.300,00	327.491,90	78,67
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	ss
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	9.000,00	8.040,80	89,34
Total Despesas Correntes	620.411,00	513.495,03	82,77
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	30.500,00	20.841,66	68,33
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	30.700,00	20.841,66	67,89
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	651.111,00	534.336,69	82,07

Sector de Águas

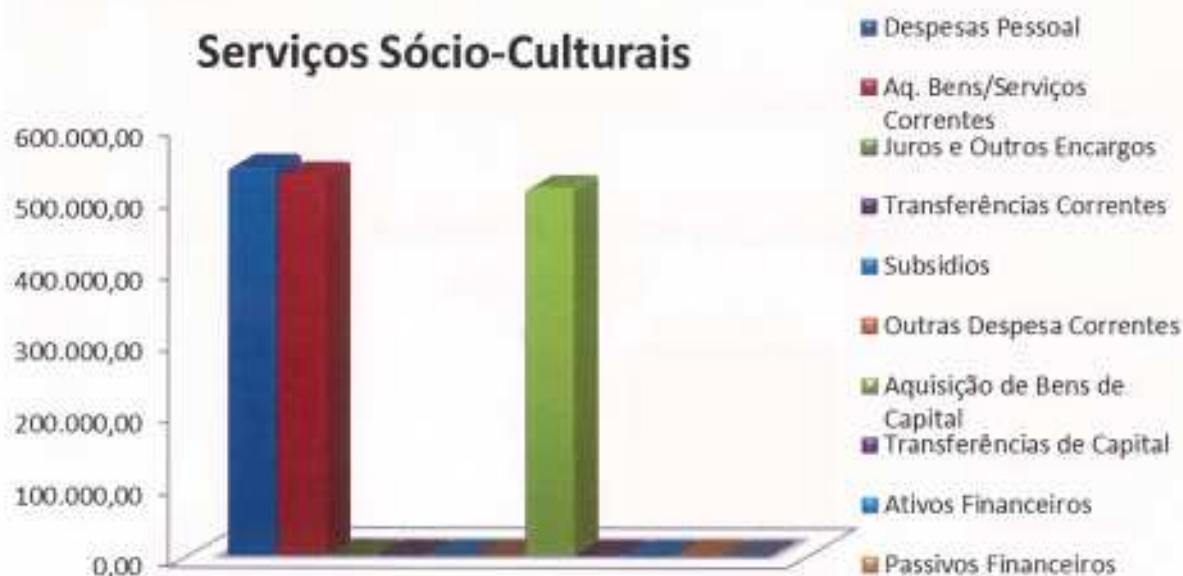




Execução Orçamental dos Serviços Socioculturais (05)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	568.984,00	542.141,02	95,28
Aq. Bens/Serviços Correntes	637.000,00	531.465,29	83,43
Juros e Outros Encargos	500,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	1.100,00	7,50	0,68
Total Despesas Correntes	1.207.584,00	1.073.613,81	88,91
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	858.250,00	513.365,14	59,82
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	858.450,00	513.365,14	59,80
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	2.066.034,00	1.586.978,95	76,81

Serviços Sócio-Culturais



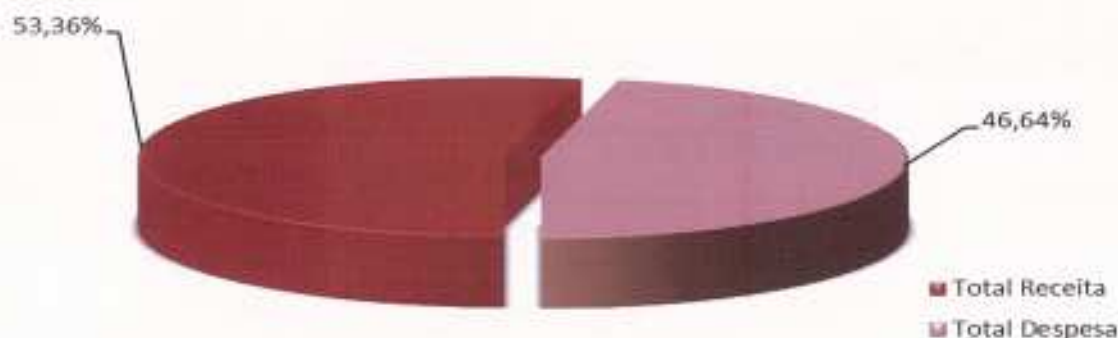
4.1.6. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Na gerência de 2013 verificou-se um saldo de € **888.783,65**, sendo que € 1.372.808,33 tem natureza corrente e € -484.024,68 tem natureza de capital, resultante da diferença entre as receitas cobradas, que atingiram o valor de € 7.055.111,63 e as despesas realizadas cujo montante foi de € 6.166.327,98.

Tendo em conta o valor do saldo da gerência anterior de € 769.799,83, dos quais € 394.429,73 são de natureza corrente e € 375.370,10 de capital, o saldo que transita para 2013 será de € **1.658.583,48**. Transita igualmente, como encargos assumidos e não pagos, o valor de € 363.500,06.

Receita Total/Despesa Total

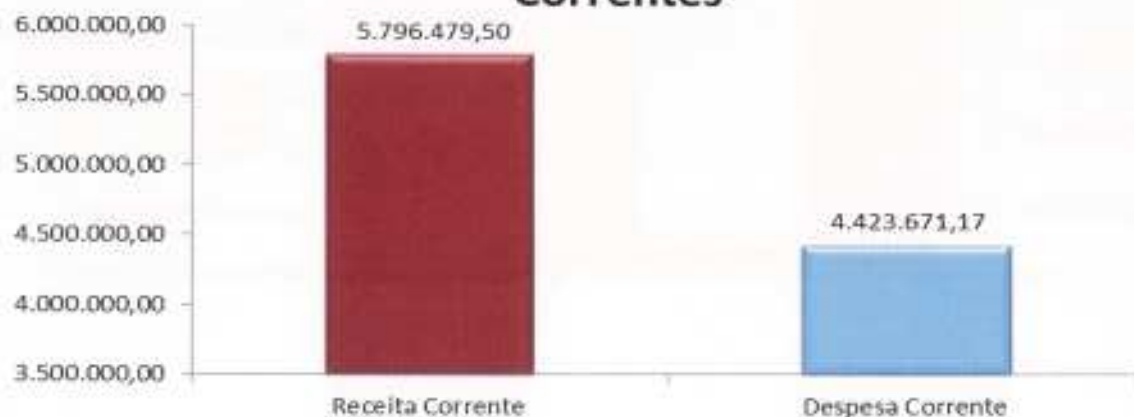
Comparação entre Total da Receita e Total da Despesa



Para os valores globais apresentados, contribuiu a seguinte execução:

➤ Corrente:

Comparação entre Receitas e Despesas Correntes





A receita corrente foi de € 5.796.479,50 e a despesa corrente de € 4.423.671,17, resultando um **saldo corrente** de € 1.372.808,33.

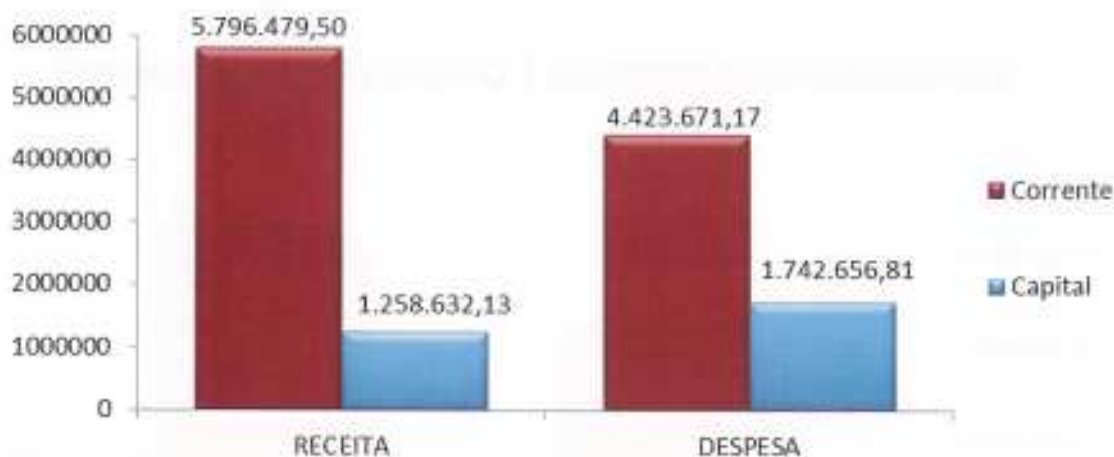
➤ Capital

Comparação entre Receitas e Despesas de Capital



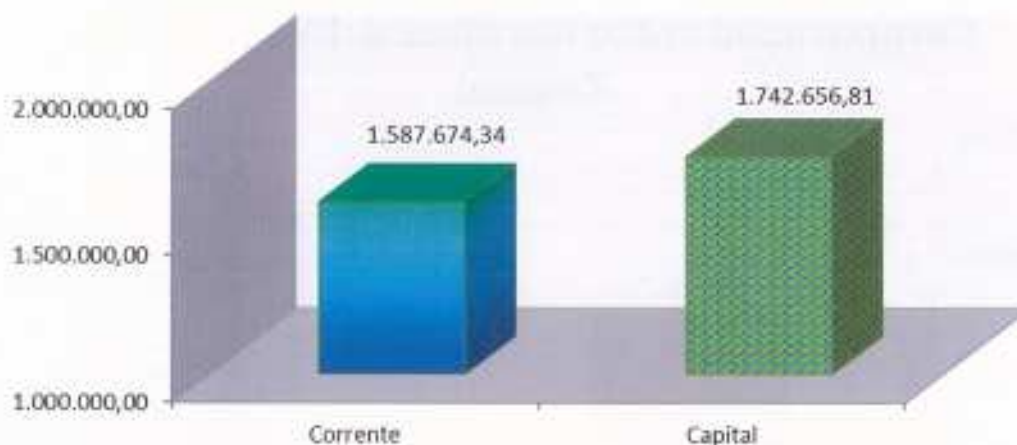
A receita de capital foi de € 1.258.632,13 e a despesa de capital atingiu € 1.742.656,81, resultando um **saldo de capital** de € -484.024,68

Comparando as receitas e despesas por natureza, obtemos o seguinte gráfico:



4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

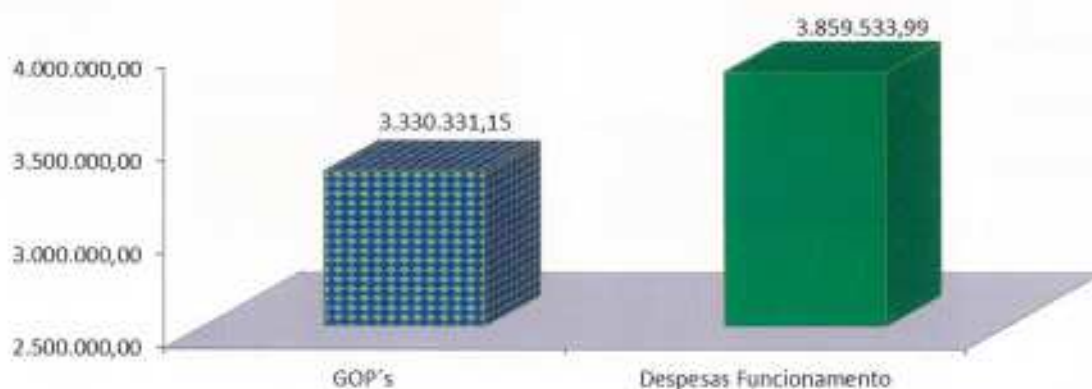
Grandes Opções do Plano por Natureza



Em 2013 as Grandes Opções do Plano totalizam € 3.330.331,15, correspondendo a 54,01% da despesa executada, que atingiu o valor de € 6.166.327,98. Daquele valor, € 1.587.674,34 respeita a despesa corrente e € 1.742.656,81 tem a natureza de capital.

Por sua vez, as despesas de funcionamento, calculadas pela diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, deduzido das despesas de funcionamento inscritas neste documento, atingiram € 3.859.533,99, ou seja 62,59% da execução do orçamento da despesa, conforme se observa no gráfico abaixo apresentado:

Grandes Opções do Plano / Despesa Funcionamento



4.2.1. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

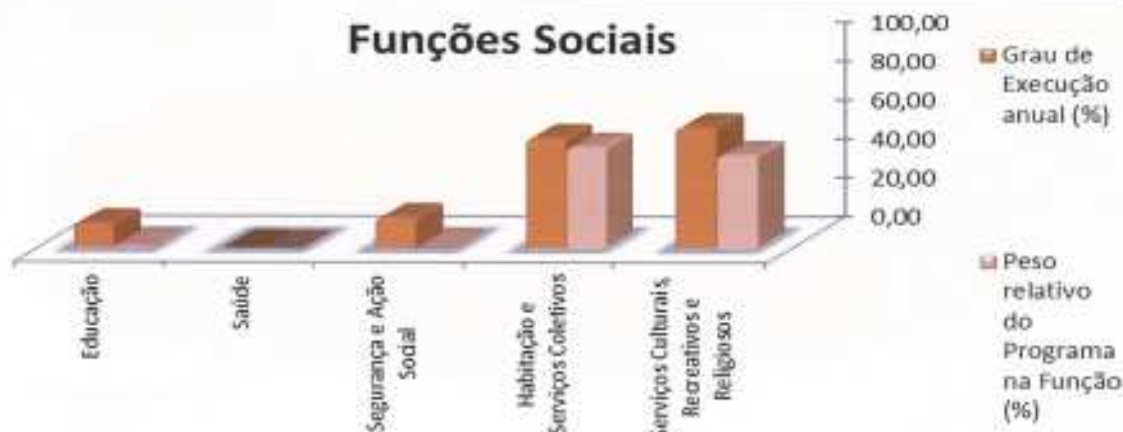
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	276.350,00	204.361,53	73,95	100,00
Serviços Gerais da Administração Pública	269.350,00	204.361,53	75,87	100,00
Segurança e Ordem Pública	7.000,00	0,00	0,00	0,00

Funções Gerais



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.300.250,00	738.802,07	56,82	100,00
Educação	44.000,00	5.294,04	12,03	0,72
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança e Ação Social	5.500,00	833,94	15,16	0,11
Habituação e Serviços Coletivos	680.750,00	381.332,24	56,02	51,61
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	570.000,00	351.341,85	61,64	47,56

Funções Sociais





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

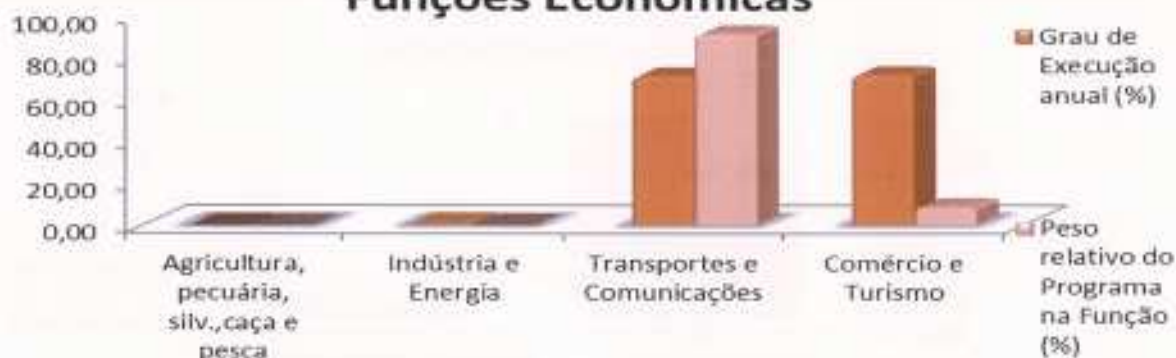
Relatório de Gestão

Exercício 2013



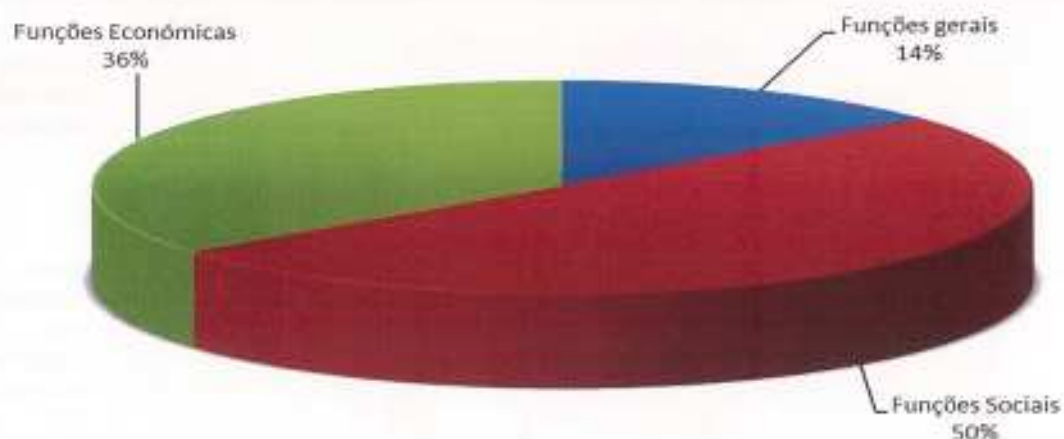
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	753.200,00	524.718,38	69,67	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvíc., Caça e Pesca	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	19.000,00	187,43	0,99	0,04
Transportes e Comunicações	672.200,00	479.907,13	71,39	91,46
Comércio e Turismo	62.000,00	44.623,82	71,97	8,50

Funções Económicas



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	276.350,00	204.361,53	73,95	13,92
Funções Sociais	1.300.250,00	738.802,07	56,82	50,33
Funções Económicas	753.200,00	524.718,38	69,67	35,75
Total do PPI	2.329.800,00	1.467.881,98	63,00	100,00

Execução do PPI por Classificação Funcional





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

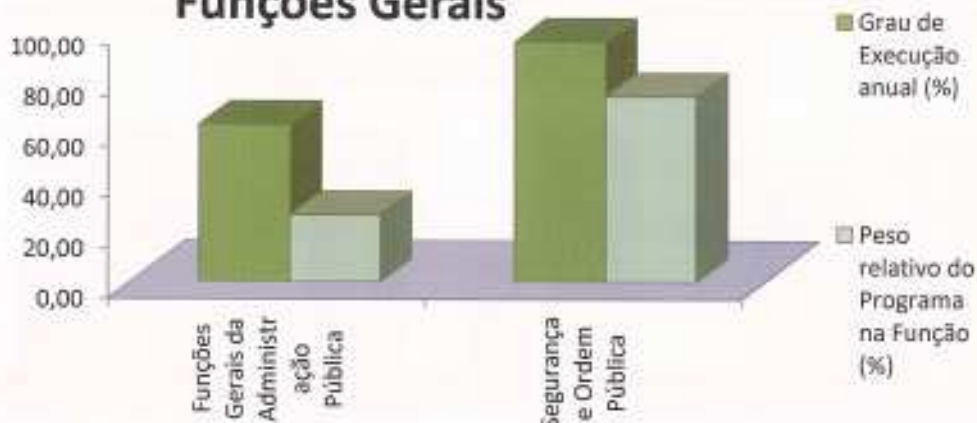
Exercício 2013



4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

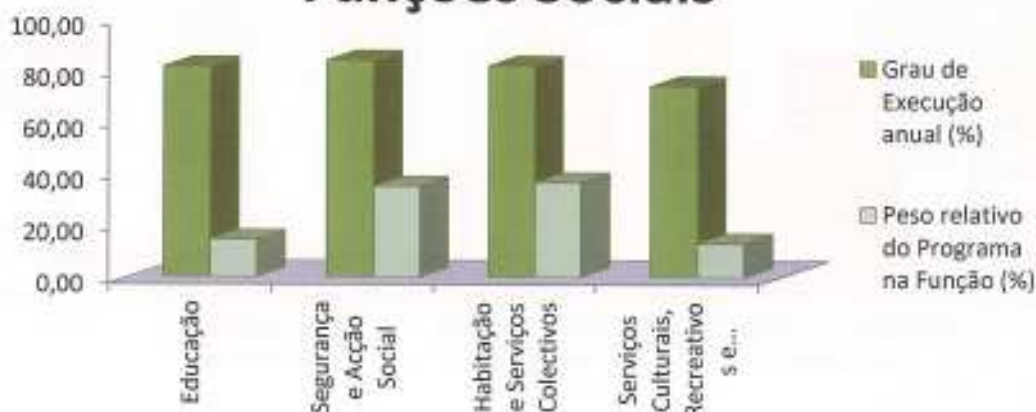
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	65.100,00	54.388,34	83,55	100,00
Funções Gerais da Administração Pública	23.100,00	14.388,34	62,29	26,45
Segurança e Ordem Pública	42.000,00	40.000,00	95,24	73,55

Funções Gerais



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.344.657,00	1.096.736,49	81,56	100,00
Educação	196.767,00	160.679,93	81,66	14,65
Segurança e Ação Social	459.240,00	386.478,97	84,16	35,24
Habituação e Serviços Coletivos	492.600,00	404.165,99	82,05	36,85
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	196.050,00	145.411,60	74,17	13,26

Funções Sociais



Handwritten signatures and stamps in the bottom right corner of the page.



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	410.930,00	389.867,89	94,87	94,49
Agricultura, Pecuária, Silv., Caça e Pesca	29.250,00	21.495,32	73,49	5,51
Indústria e Energia	180.000,00	175.793,86	97,66	45,09
Comércio e Turismo	24.550,00	23.097,60	94,08	5,92
Outras Funções Económicas	177.130,00	169.481,11	95,68	43,47

Funções Económicas



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	392.763,00	321.456,45	81,84	100,00
Operações da Dívida Autarquia	187.600,00	180.993,90	96,48	56,30
Transferências entre Administrações	152.863,00	140.462,55	91,89	43,70
Diversas não Especificadas	52.300,00	0,00	0,00	0,00

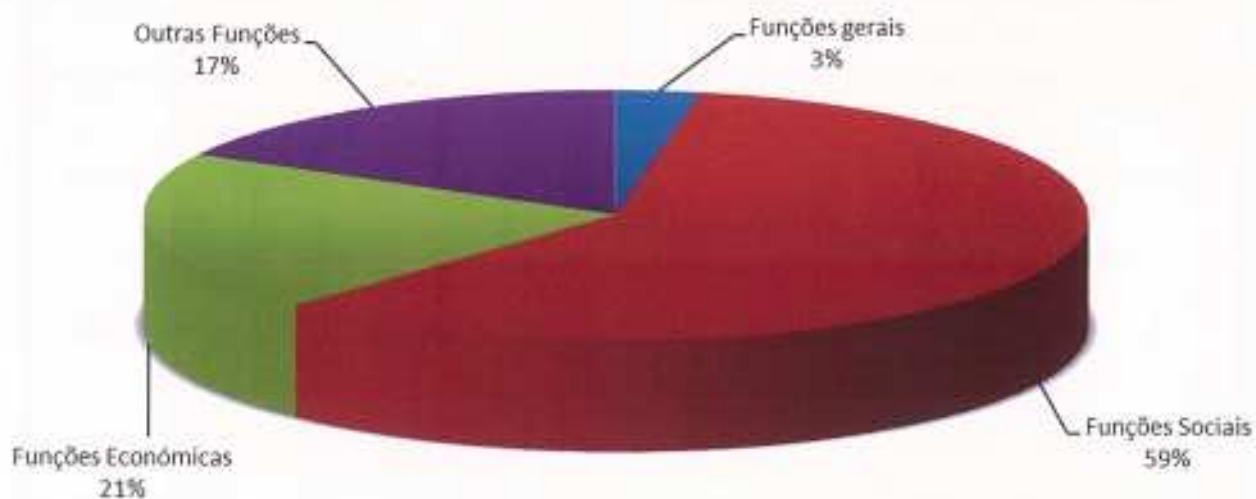
Outras Funções





Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	65.100,00	54.388,34	83,55	2,92
Funções Sociais	1.344.657,00	1.096.736,49	81,56	58,89
Funções Económicas	410.930,00	389.867,89	94,87	20,93
Outras Funções	392.763,00	321.456,45	81,84	17,26
Total do PAM	2.213.450,00	1.862.449,17	84,14	100,00

Execução do PAM por Classificação Funcional





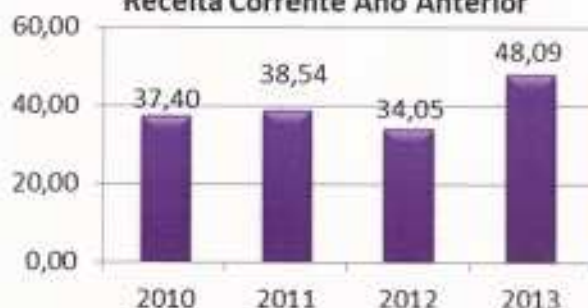
4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Apresentam-se de seguida alguns indicadores de âmbito global e sectorial, com intuito de avaliar o nível dos resultados obtidos na atividade desenvolvida pelo Município, ao longo do último quadriénio.

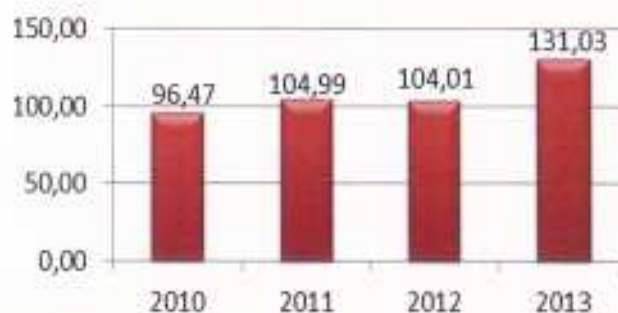
INDICADORES	2010	2011	2012	2013
Equilíbrios Legais				
1. <u>Despesa Totais c/ Pessoal do Quadro</u> Receitas Correntes Ano Anterior	37,40	38,54	34,05	48,09
2. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente	96,47	104,99	104,01	131,03
3. <u>Endividamento de Médio e Longo Prazos</u> Receitas para efeitos endividamento	28,14	24,48	19,56	17,58
Indicadores de Eficácia				
4. <u>Receita Total</u> Receita Total Orçada	64,79	71,83	89,18	101,74
5. <u>Despesa Total</u> Despesa Total Orçada	64,16	68,36	82,30	80,08
6. <u>Investimento</u> Investimento Final Previsto	40,78	48,54	76,37	63,00
Indicadores de Eficiência/Produtividade				
7. <u>Investimento</u> Despesas de Pessoal	81,37	118,66	176,11	62,18
8. <u>Investimento</u> Empréstimos Utilizado	626,72	1.210,79	1.254,78	860,65



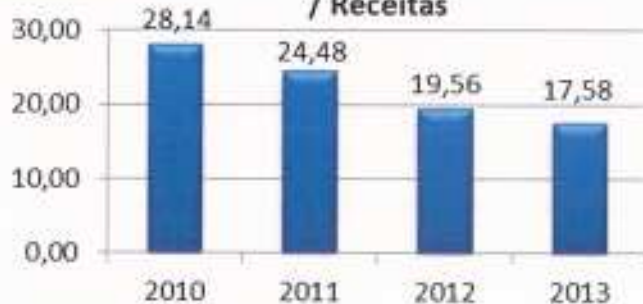
**Despesas Pessoal Quadro/
Receita Corrente Ano Anterior**



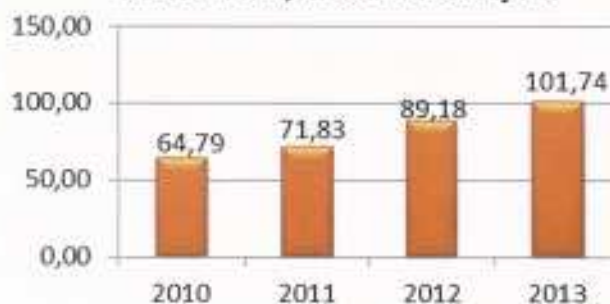
Receita Corrente / Despesa Corrente



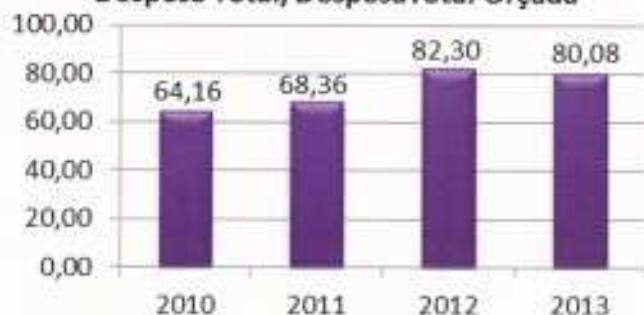
**Endividamento Médio e Longo Prazo
/ Receitas**



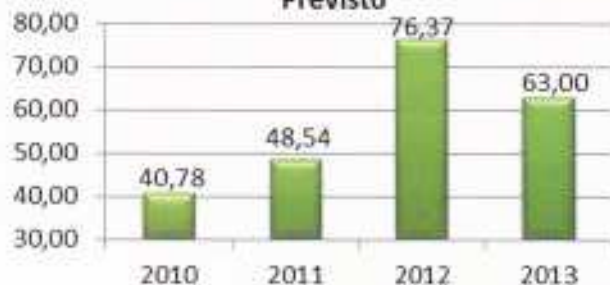
Receita Total/Receita Total Orçada



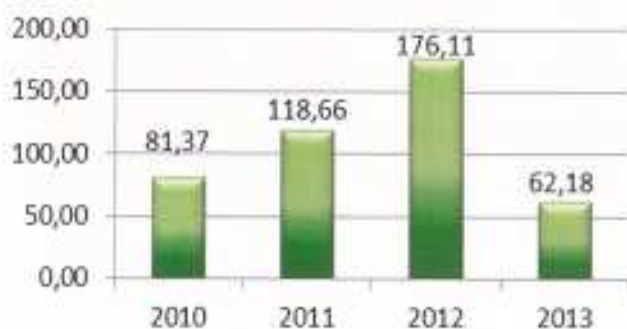
Despesa Total/Despesa Total Orçada



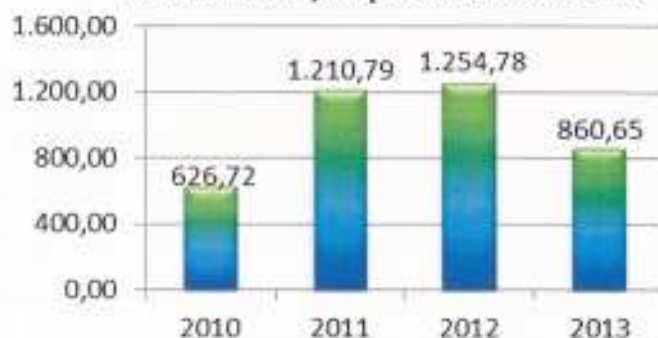
**Investimento/Investimento Final
Previsto**



Investimento/Despesas Pessoal)



Investimento/Empréstimos Utilizados





NOTAS EXPLICATIVAS

Equilíbrios Legais

1 – Peso da Despesa com "Pessoal do Quadro" na Receita Corrente do ano anterior

O apuramento deste indicador só considera para as despesas com pessoal, conforme instruções técnicas da DGAL, as despesas com remunerações, subsídio de refeição, subsídio de natal e de férias. Apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 39,52%, tendo sofrido um acréscimo de 41,23% em relação a 2012, atingindo o valor de 48,09%, por via do aumento das despesas com o pessoal, em virtude da reposição do pagamento do subsídio de férias e Natal a todos os trabalhadores, permanecendo, ainda assim, muito abaixo do limite que era estipulado no artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, com redação dada pela lei 44/85, de 13 de setembro (60% das receitas correntes do ano anterior), atualmente revogado.

2 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente

Este indicador sofreu um acréscimo de 25,98% em relação ao ano anterior. Em 2013 apresenta o valor de 131,03%, refletindo o facto das receitas correntes arrecadadas terem sido bastante superiores às despesas correntes executadas, cumprindo-se assim o princípio do equilíbrio orçamental ainda em vigor. O indicador aumentou quer por via do aumento das receitas correntes, quer por via da redução das despesas da mesma natureza.

3– Peso do endividamento de médio e longo prazos na receita a considerar para efeitos de endividamento

Este indicador traduz o peso do endividamento de médio e longo prazos da autarquia nas receitas a considerar para efeitos de endividamento, situando-se, na gerência de 2013 em 17,58% das receitas, mantendo a tendência decrescente dos últimos anos e representando um decréscimo de 10,15% em relação ao ano anterior. Esta redução opera por via da redução do endividamento de médio e longo prazos, tendo mesmo reduzido ligeiramente o montante das receitas a considerar para efeitos de endividamento.



Indicadores de Eficácia

4 – Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução global da receita foi de 101,74%, registando-se um acréscimo na execução da receita em relação ao ano transato de 14,08%, quer por via da execução corrente, quer por via da execução de capital. A taxa média de execução da receita, no quadriénio, foi de 81,88%.

5 – Taxa de Execução da Despesa

A taxa de execução da despesa em 2013 desceu ligeiramente, sofrendo um decréscimo face ao ano transato de 2,69%, passando a representar 80,08% face ao previsto, essencialmente devido ao decréscimo registado no investimento. Assim, a taxa média de execução da despesa, nos últimos quatro anos, passou a ser de 73,72%.

6 – Taxa de Execução das Despesas de Investimento

A capacidade de realização das despesas de investimento foi apenas de 63,00%, representando um decréscimo face ao ano anterior de 17,50%, registando, apesar disso, um valor mais elevado que nos dois primeiros anos do quadriénio. A taxa média de execução das despesas de investimento no período foi de 57,17%.

Indicador de Eficiência/Produtividade

7 – Investimento realizado por unidade paga ao pessoal

O indicador apresenta para o ano de 2013 um valor de 62,18%, verificando-se um decréscimo significativo de 64,69% em relação a 2012, essencialmente devido à redução do investimento.

8- Investimento realizado por unidade utilizada de empréstimos

O indicador apresenta para o ano de 2013 um valor de 860,65%, significando que por cada unidade utilizada de empréstimo, foi investido 8,6. Este indicador sofreu um decréscimo de 31,41% face ao ano transato devido à já referida redução do investimento, apesar de ter reduzido o valor dos empréstimos utilizados.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO
Relatório de Gestão
Exercício 2013



RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

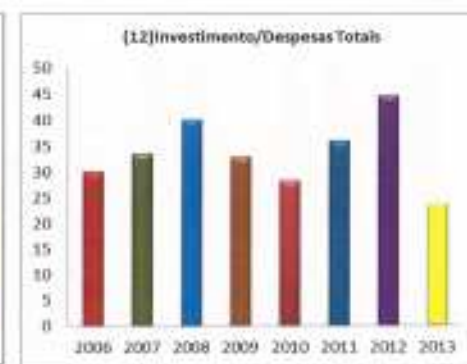
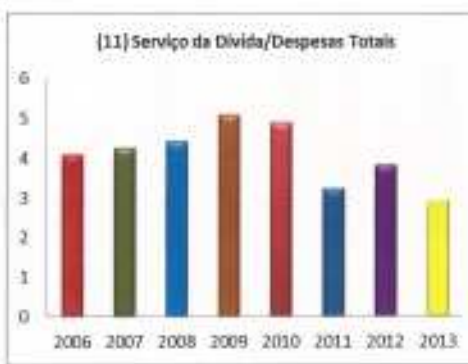
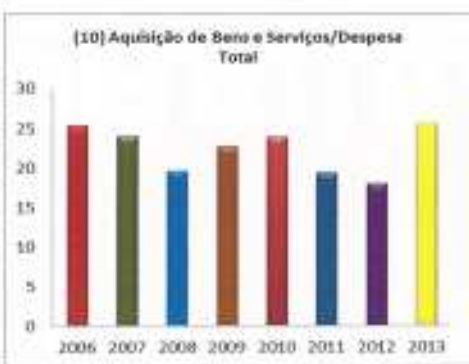
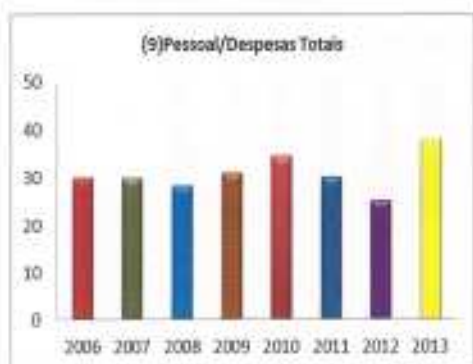
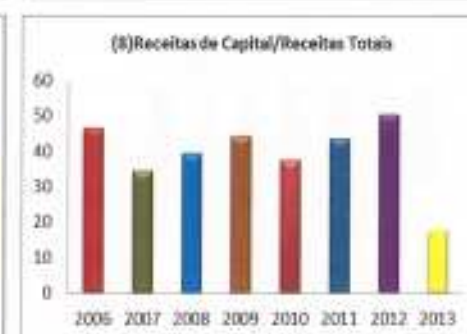
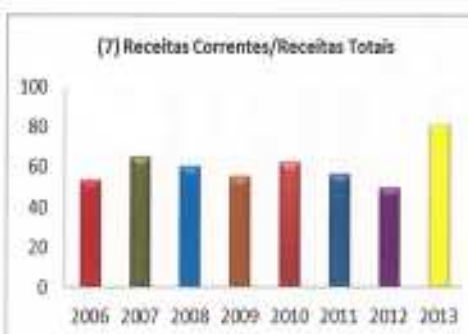
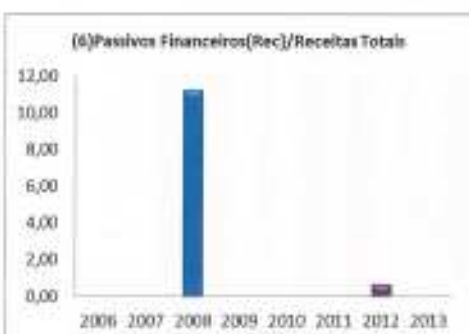
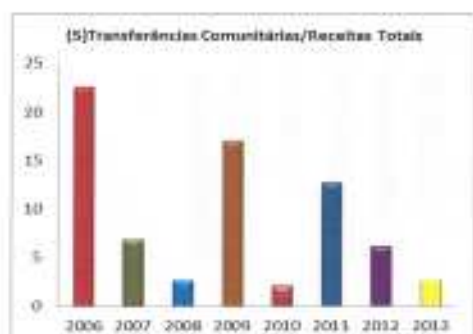
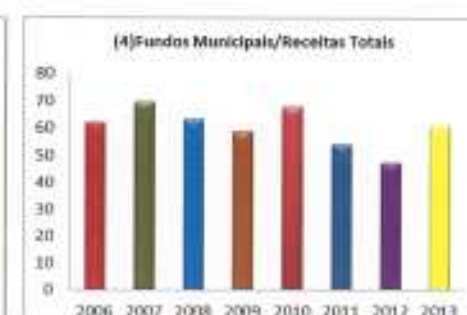
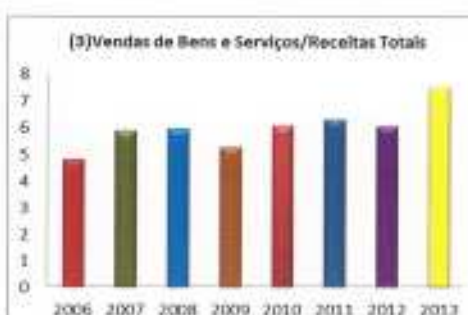
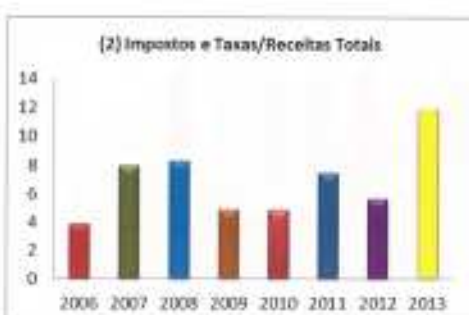
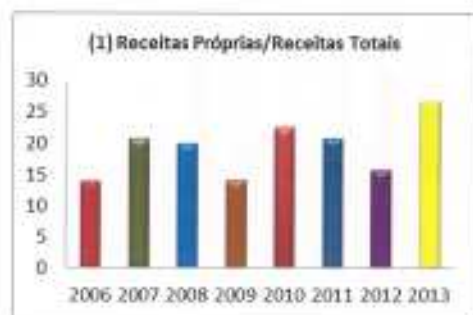
INDICADORES	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
(1) Receitas Próprias/Receitas Totais	14,15	20,89	20,14	14,18	22,59	20,89	20,69	26,96
(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais	3,90	7,98	8,34	4,92	4,91	7,49	7,49	11,95
(3) Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais	4,86	5,92	5,96	5,29	6,09	6,34	6,34	7,56
(4) Fundos Municipais/Receitas Totais	61,87	69,57	63,33	58,89	67,77	54,11	54,11	60,79
(5) Transferências Comunitárias/Receitas Totais	22,62	6,90	2,69	17,08	2,20	12,77	12,77	2,75
(6) Passivos Financeiros (Rec)/Receitas Totais	0,00	0,00	11,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(7) Receitas Correntes/Receitas Totais	53,33	65,39	60,50	55,69	62,54	56,40	56,40	82,16
(8) Receitas de Capital/Receitas Totais	46,67	34,61	39,50	44,31	37,46	43,60	43,60	17,84
(9) Pessoal/Despesas Totais	30,14	30,12	28,43	31,34	34,91	30,42	30,42	38,28
(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total	25,43	24,11	19,66	22,79	24,02	19,47	19,47	25,65
(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais	4,10	4,27	4,42	5,10	4,90	3,26	3,26	2,94
(12) Investimento/Despesas Totais	30,20	33,54	40,20	32,96	26,41	36,09	36,09	23,80
(13) Despesas Correntes/Despesas Totais	62,17	61,39	54,41	60,27	64,16	55,73	55,73	71,74
(14) Despesas de Capital/Despesas Totais	37,83	38,61	45,59	39,73	35,84	44,27	44,27	26,26
(15) Receitas Totais/Despesas Totais	108,42	93,91	98,97	102,00	98,97	103,75	103,75	114,41
(16) Receitas Correntes/Despesas Correntes	93,00	100,03	110,04	94,24	96,47	104,99	104,99	131,03
(17) Receitas de Capital/Despesas de Capital	133,77	84,19	85,76	113,77	103,43	102,18	102,18	72,22
(18) Pessoal/Receitas Correntes	52,13	49,05	47,47	55,17	56,40	51,98	51,98	40,72
(19) Receitas Próprias/Investimento	50,80	58,49	49,57	43,87	78,72	60,04	60,04	129,57
(20) Empréstimos /Investimento	13,59	12,74	11,00	15,49	17,27	9,02	9,02	12,33
(21) Fundos Municipais/Investimento	222,11	194,77	155,91	182,21	236,12	155,54	155,54	292,20
(22) F. Municipais/Investimento+ Transf. Capital (Desp)	189,66	184,60	148,52	167,99	214,20	141,12	141,12	272,83



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2013

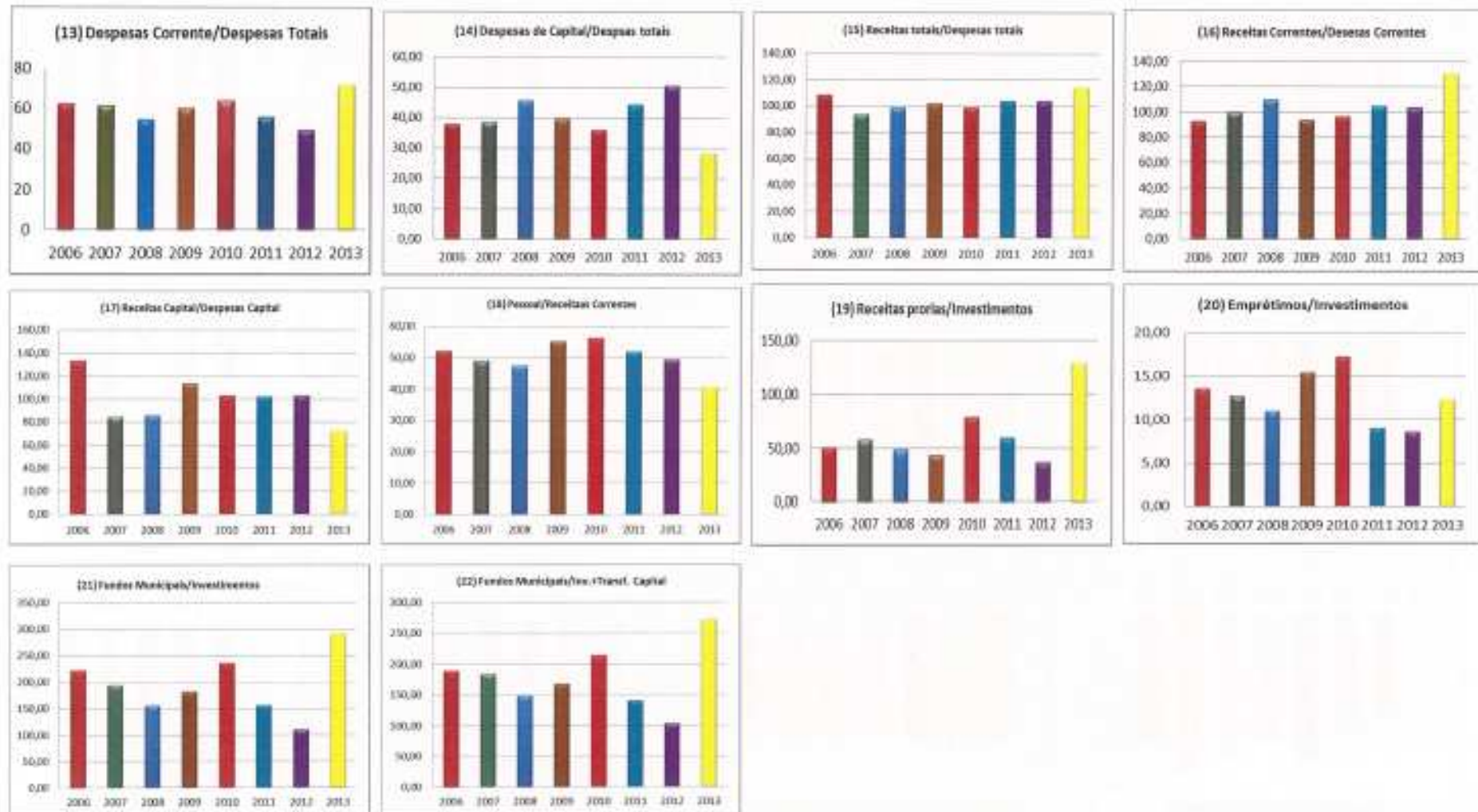




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2013





NOTAS EXPLICATIVAS

Gráfico 1: **Receitas Próprias/Receitas Totais**

O valor apresentado por este indicador ao longo dos anos, variando entre os 14,15% e os 26,96%, reflete o baixo peso das receitas próprias no orçamento municipal e, conseqüentemente, o forte grau de dependência deste dos recursos alheios (empréstimos e transferências). No entanto, em 2013, o indicativo sofreu um significativo acréscimo (69,25%), atingindo o valor mais alto do período, 26,96%, tendo as receitas próprias do Município sofrido um acréscimo de 33,46% face ao ano transato. Para o valor deste indicador contribuiu o aumento das receitas próprias e a redução das receitas totais (-21,14%). O acréscimo das receitas próprias deveu-se ao aumento das rubricas com maior peso nesta natureza de receitas, sobretudo pelo aumento dos impostos diretos (derrama e IMI), os rendimentos de propriedade e as outras receitas correntes.

Gráfico 2: **Impostos e Taxas/Receitas Totais**

Os impostos e taxas representam, em média, ao longo dos oito anos, 6,89% das receitas totais, apresentando um significativo acréscimo de 111,89% face ao último ano e passando a representar 44,32% das receitas próprias da autarquia. O indicador atingiu assim, em 2013, o maior valor do período, 11,95%. Todas as rubricas relativas a impostos sofreram um acréscimo, exceção feita ao IMT que reduziu 16,88%, tendo-se registado um significativo aumento dos impostos diretos (72,06%). Contrariamente as taxas, multas e outras penalidades sofreram uma redução de 15,45% face ao ano anterior.

Gráfico 3: **Venda de Bens e Serviços/Receitas Totais**

As vendas de bens e serviços correntes representam, em média, cerca de 6,01%, das receitas totais e cerca de 28,03% das receitas próprias da autarquia, arrecadadas em 2013. Neste último ano o indicador sofreu um acréscimo de 24,56%, apresentando um valor de 7,56%, resultante da redução das receitas totais, tendo mesmo a venda de bens e serviços registado um decréscimo de 1,77% face ao ano transato.

Gráfico 4: **Fundos Municipais/Receitas Totais**

Os fundos municipais representaram em média, ao longo dos últimos anos, 60,45% das receitas totais, tendo-se registado, no ano de 2013, um valor de 60,79%. O acréscimo em relação ao ano transato, obteve-se por via da redução das receitas totais, uma vez que os fundos municipais provenientes do orçamento do estado, não sofreram qualquer redução apesar de, no ano anterior, não ter sido arrecadada toda a verba referente à comparticipação variável no IRS.



Gráfico 5 : **Transferências Comunitárias/Receitas Totais**

Este indicador representa o peso das transferências de fundos comunitários, referente à comparticipação projetos de natureza corrente e de investimento, no total das receitas, pelo que se encontra na dependência direta do montante transferido dos financiamentos aprovados. No ano de 2013, verificou-se um decréscimo significativo face ao ano anterior (-55,50%), atingindo o indicador um dos valores mais baixos do período, 2,75%, obtido por via da diminuição da receita comunitária arrecadada (-64,91%), tendo mesmo reduzido as receitas totais. No final de 2013 existia um valor de € 482.895,00 em pedidos de pagamento já efetuados e não reembolsados.

Gráfico 6 : **Passivos Financeiros (Receitas)/Receitas Totais**

O valor deste indicador está diretamente relacionado com a contratação de empréstimos e respetiva libertação de capital. Como não existiu a necessidade de proceder à contratação de novos empréstimos, encontrando-se os empréstimos contratualizados integralmente utilizados, o indicador apresenta o valor 0.

Gráfico 7: **Receitas Correntes/Receitas Totais**

As receitas correntes arrecadadas pelo município têm representado, em média, ao longo dos últimos oito anos, cerca de 60,69% das receitas totais. No ano de 2013 o indicador apresentou um significativo acréscimo de 66,01%, tendo as receitas correntes representado cerca de 82,16% das receitas totais. Este aumento registou-se quer devido ao acréscimo de 30,91% das receitas correntes, quer pela redução das receitas totais, derivando esta do decréscimo das receitas de capital (-72,15%).

Gráfico 8: **Receitas Capital/Receitas Totais**

As receitas de capital representaram, ao longo dos anos, uma média de 39,31% das receitas totais. Este indicador, com comportamento inverso ao anterior, sofreu uma redução em cerca de 64,68%, representando, em 2013, as receitas de capital apenas 17,84% das receitas totais arrecadadas.

Gráfico 9: **Pessoal/Despesas Totais**

O peso dos gastos com o pessoal representou em média, ao longo dos últimos anos, 31,12% das despesas totais da autarquia, nunca ultrapassando os limites impostos por lei. No ano de 2013, o indicador apresentou um valor de 38,28%, representando um acréscimo de 50,87% face ao ano transato. O acréscimo deste indicador ocorreu quer por via do aumento das



despesas com pessoal (7,85%), ocorrido exclusivamente e conforme já referido, pela reposição do pagamento dos subsídios, quer pela redução nas despesas totais (-28,52%).

Gráfico 10: **Aquisição de bens e serviços /Despesas Totais**

Este indicador representa, em média, 22,39% das despesas da autarquia, apresentando para o ano de 2013 o valor de 25,65%, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo das aquisições de bens e serviços (1,77%), face ao ano transato, e um significativo decréscimo das despesas totais.

Gráfico 11: **Serviço da dívida /Despesas Totais**

Este indicador traduz o peso dos encargos decorrentes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo no total das despesas do município, apresentando um valor médio para os oito últimos anos de 4,10%. Pelos valores apresentados pelo indicador ao longo do tempo, é visível o fraco peso deste tipo de despesa no valor global das despesas. Este indicador, que tinha aumentado no ano transato, em virtude da utilização do capital contratado, sofreu um decréscimo de 23,57% face ao ano anterior, representando, em 2013, o serviço da dívida dos oito empréstimos contratualizados apenas 2,94% das despesas totais da autarquia. O serviço da dívida reduziu cerca de 45,36% face ao ano anterior.

Gráfico 12: **Investimentos/Despesas Totais**

Este indicador reflete o peso do investimento na execução das despesas, verificando-se que o mesmo variou, ao longo dos sete anos anteriores, entre 28% e 45%. Na gerência de 2013 o indicador apresenta um valor de 23,80%, representando uma redução de 46,73%, face ao ano anterior, reflexo direto da redução significativa verificada na aquisição de bens de Investimento (61,92%), tendo mesmo as despesas totais reduzido.

Gráfico 13: **Despesas Correntes/Despesas Totais**

O peso das despesas correntes no total das despesas da autarquia, representou, em média, ao longo dos últimos oito anos, um valor de 59,90%. Na gerência de 2013, as despesas correntes representaram 71,74% das despesas totais, correspondendo a um acréscimo de 45,37% em relação ao ano anterior, quer por via do acréscimo verificado nas rubricas com maior peso na despesa de natureza corrente, quer pelo decréscimo das despesas totais (-28,52%).

Gráfico 14: **Despesas Capital/Despesas Totais**



Este indicador, sendo um complemento do anterior, tem comportamento inverso. Da comparação entre as despesas de capital e as despesas totais, têm resultado valores entre 28% e 51%. No último ano, o indicador sofreu um significativo decréscimo (-44,20%), representando as despesas de capital apenas 28,26% das despesas totais, essencialmente devido ao decréscimo ocorrida na despesa de capital (-60,11%), tendo-se mesmo verificado uma redução da despesa total. Deste modo aumentou o peso das despesas correntes e, conseqüentemente, reduziu o peso das despesas de capital no total das despesas.

Gráfico 15: **Receitas Totais/Despesas Totais**

Da comparação entre as receitas e as despesas totais obtêm-se valores médios de 103,02%. No ano de 2013 o indicador atingiu o valor de 114,41%, significando que as receitas arrecadadas foram superiores às despesas realizadas.

Gráfico 16: **Receitas Correntes/Despesas Correntes**

O valor deste indicador tem variado ao longo dos últimos oito anos entre os 93% e os 131%, apresentando em 2013 o valor mais alto do período, 131,03%, valor muito próximo do atingido no ano anterior. O valor do indicador está diretamente relacionado com o acréscimo da receita corrente, tendo mesmo a despesa sofrido um ligeiro acréscimo (3,91%). Deste modo a receita corrente arrecadada foi superior à despesa suportada da mesma natureza, contribuindo assim para a verificação do princípio do equilíbrio na execução corrente.

Gráfico 17: **Receitas Capital/Despesas Capital**

Ao longo dos anos o peso médio das receitas de capital no total das despesas de capital foi de 99,84 %. Na gerência de 2013, este indicador apresenta um decréscimo face ao ano transato de 30,17%, atingindo o valor de 72,22%, traduzindo o facto do decréscimo verificado nas receitas de capital (-72,15%), ter sido superior à redução das despesas de capital (-60,11%).

Gráfico 18: **Pessoal/Receitas Correntes**

A despesa com pessoal representou, no ano de 2013, cerca de 40,72%, das receitas correntes arrecadadas pela autarquia, correspondendo a um decréscimo de 17,62% do peso das despesas com pessoal nas receitas correntes, reflexo direto do aumento das receitas correntes. Esta rubrica da despesa tinha-se mantido, ao longo dos anos, entre os 47% e 56%, apresentando para o ano de 2013 o valor mais baixo do período e uma média de 50,29% ou seja, cerca de metade da receita corrente é utilizada em despesas com pessoal. Atualmente, com a revogação do artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, com redação dada pela lei 44/85, de 13 de setembro, pelo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias



locais (DL 305/2009, de 23 de outubro), foi abolido os limites às despesas com pessoal do quadro e ao pessoal em qualquer outra situação, passando a existir a obrigatoriedade de redução anual de 2% do número de trabalhadores, face ao ano anterior, imposta pela LOE (art.º65 da lei 66-B/2012, 31 de dezembro).

Gráfico 19: **Receitas Próprias/Investimentos**

O valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos não é muito significativo, devido ao facto, já mencionado, da baixa execução das receitas próprias da autarquia, contudo o indicador é influenciado inversamente pelo valor do investimento ocorrido no respetivo ano. Assim, no ano de 2013, o indicador apresenta o valor mais alto do período, representando as receitas próprias 129,57% do investimento, em virtude do acréscimo das receitas próprias (11,03%) e da significativa redução que se fez sentir no investimento (-61,92%).

Gráfico 20: **Empréstimos/Investimentos**

Este indicador representa o peso do recurso a capitais alheios no total do investimento. É influenciado diretamente pelo aumento do recurso a empréstimos e inversamente pelo aumento do investimento. O indicador sofreu um acréscimo, em 2013, de 43,48%, atingindo o valor de 12,33%, reflexo da significativa redução do investimento, tendo-se mesmo registado um decréscimo dos encargos com empréstimos.

Gráfico 21: **Fundos Municipais/Investimentos**

O indicador é influenciado diretamente pelo volume de fundos transferidos do orçamento do estado e inversamente pelo montante do investimento. Em 2013 o indicador apresenta um valor de 292,20%, em virtude da redução do investimento, uma vez que os fundos municipais não sofreram alteração.

Gráfico 22: **Fundos Municipais/(Investimentos + Transferências Capital)**

Este indicador compara o peso dos fundos transferidos do orçamento de estado na totalidade das despesas de investimento e das transferências de capital da autarquia. O indicador tem apresentado grandes oscilações, apresentando um valor médio de 177,88% e atingindo em 2013 o valor mais alto do período, 272,83%, reflexo da redução do investimento (-61,92%) e das transferências de capital (-49,67%).

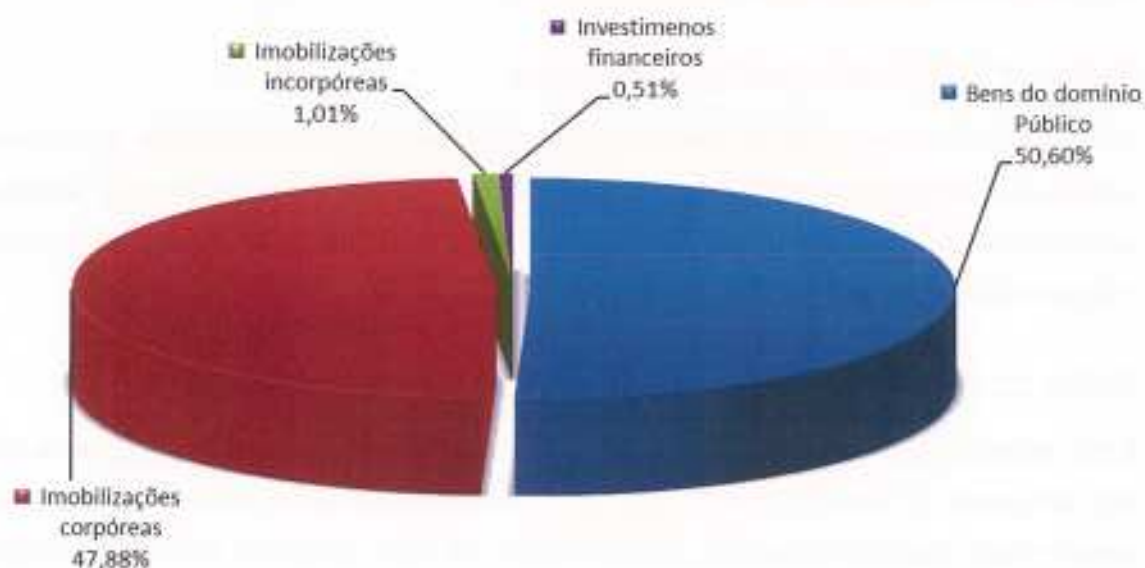
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO

Em 2002, ano de elaboração do inventário inicial, o património municipal apresentava o valor de €15.774.022,43. No exercício de 2013, o Património Municipal registou o valor do imobilizado líquido de € 31.260.035,52, valor este que representa 90,70% do total do ativo líquido.

O imobilizado é constituído por bens de domínio público e imobilizações corpóreas em proporções aproximados, 50,60% e 47,88%, correspondendo a valores de € 15.816.444,56 e € 14.967.491,11, respetivamente, tendo-se verificado um decréscimo dos bens do domínio público face ao ano anterior (-3,05%). As restantes contas do imobilizado, as imobilizações incorpóreas e os investimentos financeiros, representaram apenas cerca de 1,52% do imobilizado total.

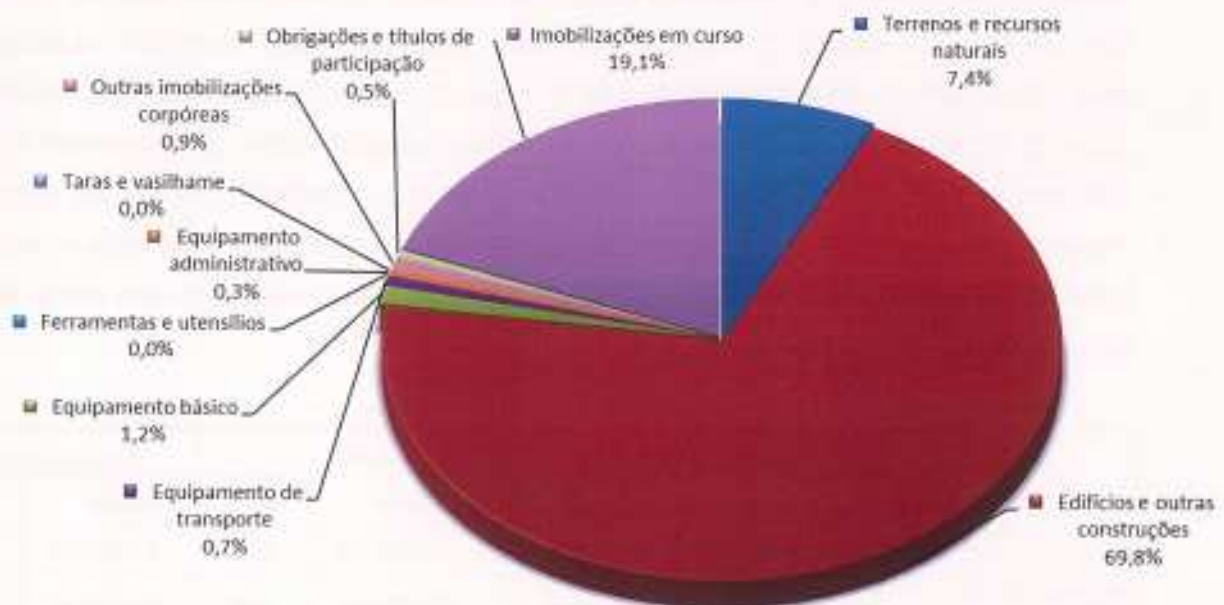
ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO





A conta com maior peso na estrutura do imobilizado líquido respeita a "Edifícios e Outras Construções", com um peso de 69,84%, tendo sofrido uma redução de 4,42% face ao ano anterior, correspondendo a cerca de 21,831 mil euros, onde se encontram inscritos, para além dos edifícios, as outras construções como estradas, caminhos, arruamentos e passeio, parques e jardins e as infraestruturas relacionadas com os serviços de água e saneamento. Segue-se a conta "Imobilizações em Curso", com um peso de 19,08%, que sofreu um acréscimo de 10,01% em relação ao ano transato, atingindo um valor de 5.963 mil euros e "Terrenos e Recursos Naturais", com um peso de 7,41% e um valor de 2.315 mil euros. As contas relativas a "Equipamento Básico", "Outras Imobilizações Corpóreas" e "Equipamento de Transporte" apresentam valores pouco significativos, representando 2,84% da estrutura do imobilizado líquido.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO - POR TIPO DE BEM





5.2. ANÁLISE ECONÓMICA

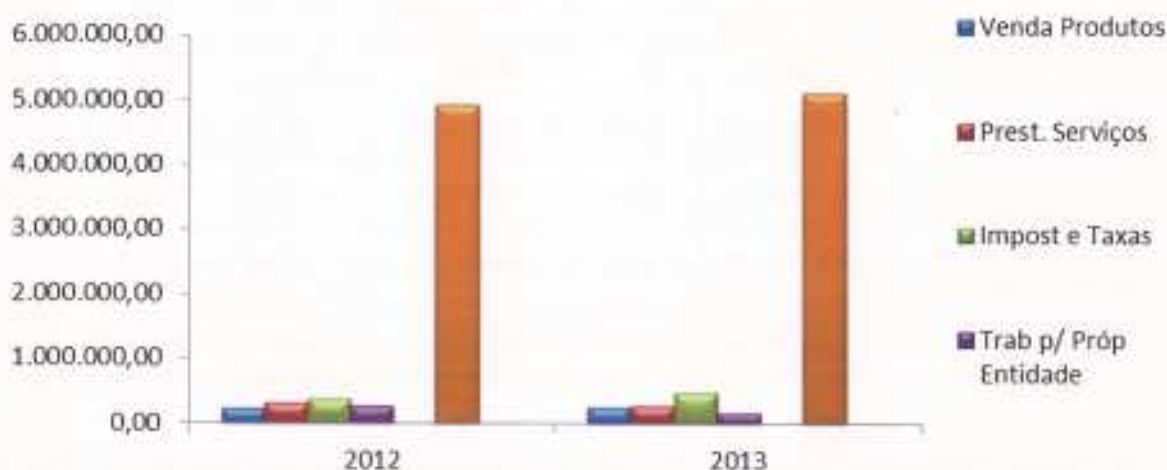
PROVEITOS

Estrutura Proveitos	2012		2013		$\Delta_{2012/2013}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais	6.155.097,58	88,91	6.337.508,78	86,28	182.411,20	2,96
Proveitos e Ganhos Financeiros	263.649,62	3,81	284.614,58	3,87	20.964,96	7,95
Proveitos Extraordinários	503.886,23	7,28	723.288,66	9,85	219.402,43	43,54
TOTAL	6.922.633,43	100,00	7.345.412,02	100,00	422.778,59	6,11

Os proveitos atingiram, no exercício de 2013, o valor de € **7.345.412,02** representando um acréscimo de 6,11% face ao ano anterior, correspondendo a um aumento em cerca de 423 mil euros, tendo-se verificado um acréscimo generalizado em toda a estrutura de proveitos. A estrutura de proveitos é constituído essencialmente por proveitos de natureza operacional, que representam 86,28% do total dos proveitos, atingindo o valor de 6.338 mil euros, tendo esta rubrica sofrido um acréscimo de 2,96%, o que correspondeu a um aumento deste tipo de proveito em cerca de 182 mil euros. Os proveitos extraordinários representaram 9,85% do total dos proveitos, registaram um acréscimo percentual significativo (43,54%), face ao ano transato, representando um acréscimo em cerca de 219 mil euros. Finalmente os proveitos e ganhos financeiros, com peso de 3,87%, sofreram um ligeiro acréscimo em cerca de 21 mil euros (7,95%).

Proveitos Operacionais	2012		2013		$\Delta_{2012/2013}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Produtos	232.922,87	3,78	256.846,75	4,05	23.923,88	10,27
Prestação de Serviços	311.677,90	5,06	277.204,50	4,37	-34.473,40	-11,06
Impostos e Taxas	384.321,22	6,24	493.584,11	7,79	109.262,89	28,43
Trabalhos para Própria Entidade	273.996,91	4,45	174.589,79	2,75	-99.407,12	-36,28
Proveitos Suplementares	5.729,44	0,09	5.296,74	0,08	-432,70	-7,55
Transferências e Subsídios Obtidos	4.938.814,24	80,24	5.122.951,89	80,84	184.137,65	3,73
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	7.635,00	0,12	7.035,00	0,11	-600,00	-7,86
TOTAL	6.155.097,58	100,00	6.337.508,78	100,00	182.411,20	2,96

Proveitos Operacionais 2012/2013



Os proveitos operacionais do exercício totalizaram € **6.337.508,78** representando um acréscimo de 2,96 %, face ao ano transato, a que correspondeu um aumento em valor de 182 mil euros, contribuindo para tal facto a subida das contas com maior peso na estrutura dos proveitos desta natureza. Este tipo de proveitos é constituído essencialmente por “Transferências e Subsídios Obtidos” (80,84%), tendo-se verificado nesta conta um acréscimo de 3,73%, traduzindo-se num aumento de valor em cerca de 184 mil euros, atingido assim esta conta o valor de 5.123 mil euros. As contas “Impostos e Taxa” e “Vendas de Produtos”, com pesos de 7,79% e 4,05% nos proveitos operacionais, sofreram acréscimos de 28,43% e 10,27%, atingindo assim valores de 494 mil euros e 257 mil euros respetivamente. Por sua vez os “Trabalhos para a própria Entidade” e as “Prestações de Serviços” sofreram reduções em cerca de 99 mil euros e 34 mil euros respetivamente. Verificaram também reduções de valor nas restantes contas que compõem a estrutura dos proveitos operacionais.



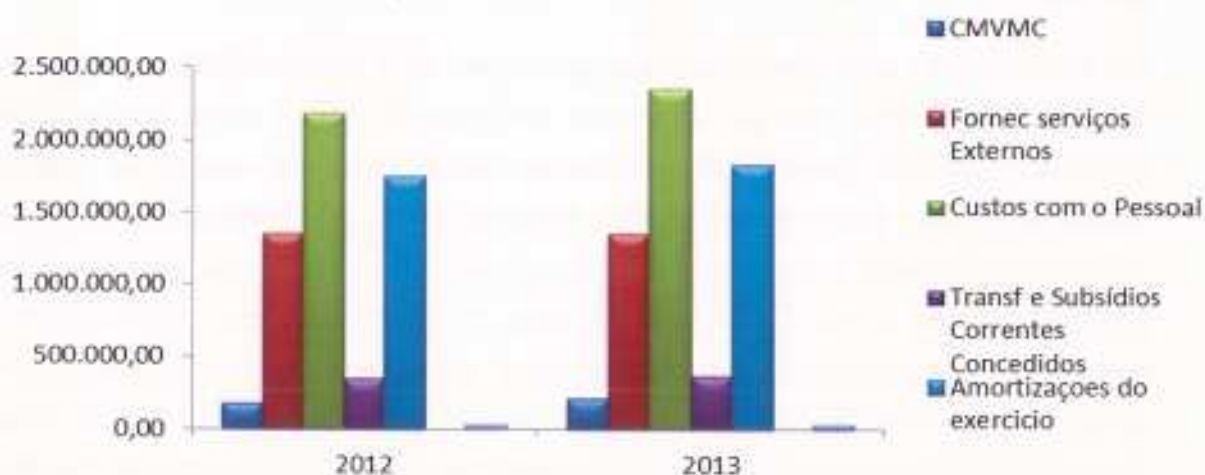
CUSTOS

Estrutura custos	2012		2013		Δ _{2012/2013}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Operacionais	5.859.229,39	94,67	6.190.827,71	96,81	331.598,32	5,66
Custos e Perdas Financeiros	31.659,19	0,51	18.972,83	0,30	-12.686,36	-40,07
Custos e Perdas Extraordinários	298.092,65	4,82	184.904,31	2,89	-113.188,34	-37,97
TOTAL	6.188.981,23	100,00	6.394.704,85	100,00	205.723,62	3,32

Os custos totalizaram, em 2013, um valor de € **6.394.704,85**, representando um acréscimo de 3,32% relativamente ao ano transato, resultante do acréscimo registado na natureza dos custos com maior peso no total dos custos, os custos operacionais, que sofreram um acréscimo de 5,66%. Os custos operacionais, que representando 96,81% do total dos custos, atingiram assim cerca de 6.191 mil euros. Os custos e perdas financeiros e os custos e perdas extraordinárias, sofreram decréscimos de valor de 40,07% e 37,97%, respetivamente, sofrendo os custos e perdas extraordinários uma redução em valor em cerca de 113 mil euros, passando a representar 2,89% da estrutura de custos, correspondendo a um valor de 185 mil euros.

Custo Operacionais	2012		2013		Δ _{2012/2013}	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
CMVMC	182.446,96	3,11	217.031,53	3,51	34.584,57	18,96
Fornecimentos e Serviços Externos	1.355.433,90	23,13	1.355.502,19	21,90	68,29	0,01
Custos com o Pessoal	2.185.795,05	37,31	2.363.781,26	38,18	177.986,21	8,14
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	350.363,36	5,98	375.629,62	6,07	25.266,26	7,21
Amortizações do exercício	1.750.892,48	29,88	1.832.513,57	29,60	81.621,09	4,66
Provisões do Exercício	0,00	0,00	5.184,10	0,08	5.184,10	ss
Outros Custos Operacionais	34.297,64	0,59	41.185,44	0,67	6.887,80	20,08
TOTAL	5.859.229,39	100,00	6.190.827,71	100,00	331.598,32	5,66

Custos Operacionais 2012/2013



Os custos operacionais do exercício de 2013 totalizaram € 6.190.827,71, tendo também sofrido um acréscimo, em cerca de 332 mil euros (5,66%), face ao ano anterior. A conta com maior peso na estrutura dos custos operacionais (38,18%), os "Custos com o Pessoal", atingiu o valor de 2.364 mil euros, tendo registado um acréscimo em cerca de 178 mil euros (8,14%). Registou-se uma subida generalizada de todas as contas que compõem os custos operacionais. A conta "Amortizações do Exercício", com um peso de 29,60%, sofreu um acréscimo de 4,66%, correspondendo a um aumento em cerca de 82 mil euros. Outra conta com algum peso nos proveitos operacionais são os "Fornecimentos e Serviços Externos", (21,90%), que registaram um valor muito próximo do verificado no ano anterior, cerca de 1.356 mil euros. Contrariamente, as contas com menos peso nesta natureza de custos foram as que registaram maior acréscimo percentual, nomeadamente os "Outros Custos Operacionais" e o "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas".

RESULTADOS

No exercício de 2013 apurou-se um resultado líquido do exercício de € 950.707,17. Para este valor do resultado líquido contribuiu os vários tipos de resultados da seguinte forma:

- Resultados Operacionais..... € 146.681,07
- Resultados Financeiros..... € 265.641,75
- Resultados Extraordinários.....€ 538.384,35



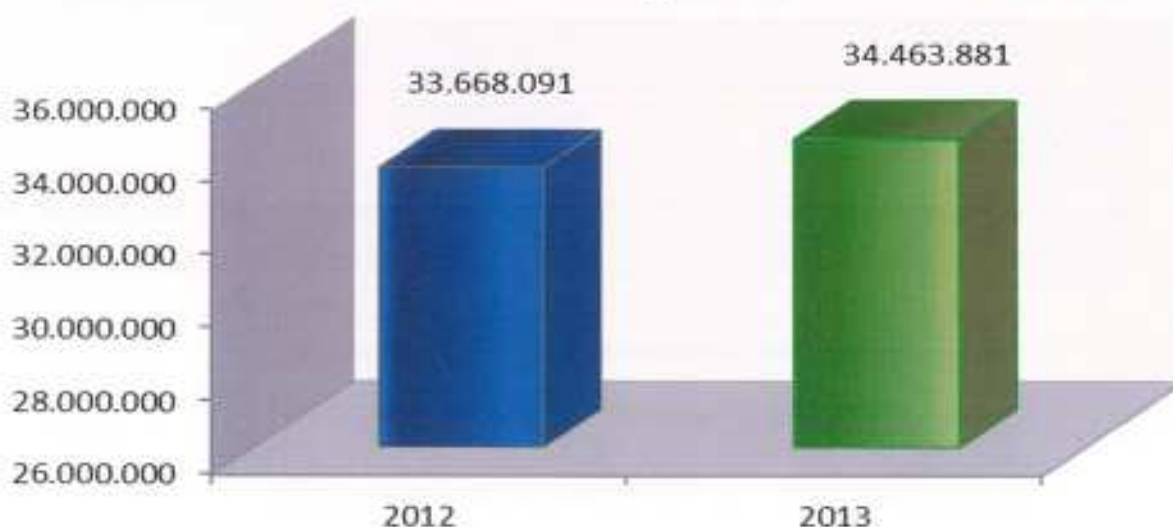
5.3. ANÁLISE FINANCEIRA

ATIVO

Em 2013 o Ativo Líquido do município atingiu o valor de € 34.463.880,93, correspondendo a um acréscimo (2,36%), face ao ano anterior, em cerca de 796 mil euros. Para esta situação contribuiu o aumento generalizado de todas as classes do ativo, à exceção do "Imobilizado", classe com maior peso na estrutura do ativo (90,70%), que registou um decréscimo de 1,27%, representando uma redução de valor em cerca de 403 mil euros, atingindo assim, em 2013, esta classe o valor de 31.260 mil euros. O maior acréscimo percentual (111,33%) ocorreu nas Disponibilidades, correspondendo a um aumento em cerca de 879 mil euros, atingindo assim esta classe o valor de 1.668 mil euros. A classe das "Dividas de Terceiros", com um peso relativo no ativo de 2,50%, registou um acréscimo em cerca de 234 mil euros, atingindo assim o valor de 860 mil euros e os "Acréscimos e Diferimentos", com um peso relativo no ativo de 1,43%, sofreram um aumento em cerca de 81 mil euros.

Ativo	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	31.663.296,53	94,05	31.260.035,52	90,70	-403.261,01	-1,27
Existências	175.754,39	0,52	180.958,90	0,53	5.204,51	2,96
Dívidas de terceiros	625.802,92	1,86	860.165,14	2,50	234.362,22	37,45
Disponibilidades	789.441,81	2,34	1.668.347,61	4,84	878.905,80	111,33
Acréscimos e Diferimentos	413.795,83	1,23	494.373,76	1,43	80.577,93	19,47
TOTAL	33.668.091,48	100,00	34.463.880,93	100,00	795.789,45	2,36

Ativo Líquido



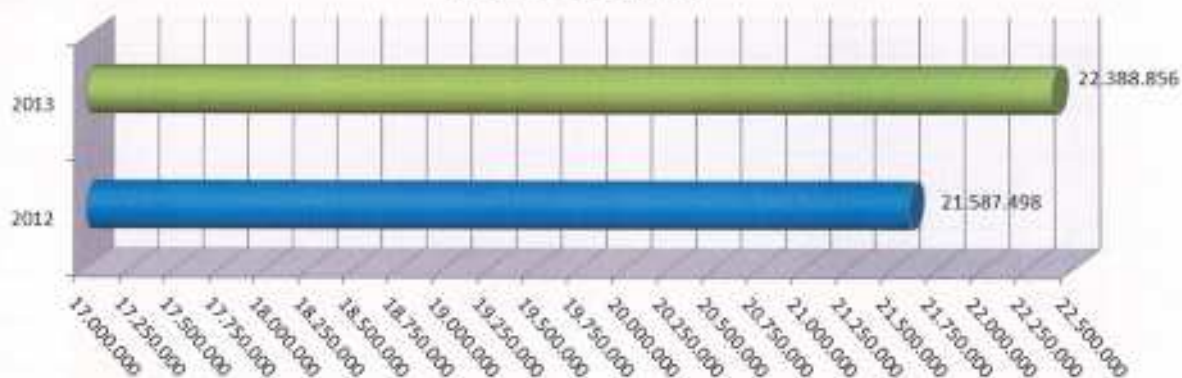


FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios registaram, em 2013, o valor de € **22.388.856,24**, contribuindo para este valor essencialmente o Património com € 19.521.154,73, classe que representa 87,19% dos fundos próprios e que sofreu um acréscimo em cerca de 295 mil euros. Relativamente ao ano anterior, os Fundos Próprios sofreram um acréscimo (3,71%) em cerca de 801 mil euros, tendo contribuído para este facto o acréscimo generalizado de todas as classes dos fundos próprios, exceto as Doações, que mantiveram o valor de 2012. Assim as Reservas sofreram um aumento em cerca de 289 mil euros (18,11%), atingindo o valor de 1.885 mil euros e o Resultado Líquido registou um aumento em cerca de 217 mil, euros, verificando-se o resultado líquido do exercício de 951 mil euros.

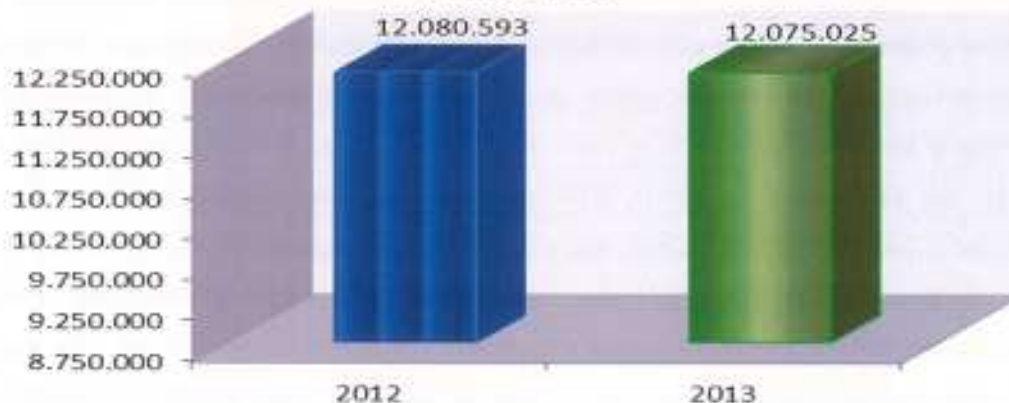
PASSIVO

Fundos Próprios



No exercício de 2013, o Passivo do Município de Vila Velha de Ródão atingiu € **12.075.024,69**, correspondendo a um decréscimo em cerca de 6 mil euros (-0,05%) comparativamente ao exercício anterior. Para esta situação contribui o decréscimo das classes das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo e de Curto prazo, que sofreram reduções de valor em cerca de 171 mil euros e 77 mil euros, respetivamente.

Passivo





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2013



Passivo	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dividas a Terceiros M/L Prazo	998.156,56	8,26	827.601,00	6,85	170.555,56	-17,09
Dividas a Terceiros Curto Prazo	150.639,85	1,25	73.830,04	0,61	-76.809,81	-50,99
Acréscimos e Diferimentos	10.931.796,84	90,49	11.173.593,65	92,53	241.796,81	2,21
TOTAL	12.080.593,25	100,00	12.075.024,69	100,00	-5.568,56	-0,05

A classe dos "Acréscimos e Diferimentos" revestem especial importância no passivo municipal, na medida em que a integram os proveitos diferidos, passando esta classe a representar 92,53% do valor do passivo, tendo-se verificado um acréscimo face ao ano transato (2,21%) em cerca de 242 mil euros, passando a apresentar o valor de 11.174 mil euros. A classe das "Dívidas de Médio e Longo Prazos," com um peso de 6,85% no passivo sofreu um decréscimo em cerca de 171 mil euros, fruto da amortização da dívida dos empréstimos contratados. As "Dividas a Terceiros de Curto Prazo", sofreram um decréscimo significativo de 50,99%, contudo, face ao seu peso na estrutura do passivo, não teve grande reflexo no valor total do passivo.

Dividas a terceiros	2012		2013	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos m/l prazo	998.156,56	86,89	827.601,00	91,81
Fornecedores c/c	44.862,97	3,91	57.372,27	6,36
Fornec.c/ Faturas em conferência	27,87	0,00	298,60	0,03
Fornecedores de Imobilizado c/c	79.623,18	6,93	6.070,54	0,67
Estado e Outros Entes Públicos	16.020,30	1,39	4.019,00	0,45
Outros Credores	9.626,39	0,84	5.728,49	0,64
Cauções de Clientes	479,14	0,04	341,14	0,04
TOTAL	1.148.796,41	100,00	901.431,04	100,00

As Dividas a Terceiros, atingiram o valor global de € **901.431,04**, representaram um decréscimo, face ao ano anterior, de 21,53%, o que correspondeu a uma diminuição das dívidas a terceiros em cerca de 247 mil euros. A generalidade das contas que constituem as dividas a terceiros sofreu uma redução, à exceção dos "Fornecedores Conta Corrente", que sofreram um acréscimo em cerca de 13 mil euros e passaram a representar 6,36% das dívidas a terceiros, atingindo o valor de 57 mil euros. A maior redução em valor, 171 mil euros, foi observada na conta "Empréstimos de Médio e Longo Prazos", que passou a registar o valor de 828 mil euros, representando este tipo de dívidas cerca de 91,81% do total das dívidas do município. O maior decréscimo percentual ocorreu nos "Fornecedores de Imobilizado Conta Corrente", que reduziram cerca de 74 mil euros. As restantes contas sofreram também decréscimos, mas face ao seu peso nas dívidas a terceiros, não tiveram grande influência no valor global das dívidas a terceiros.



6. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

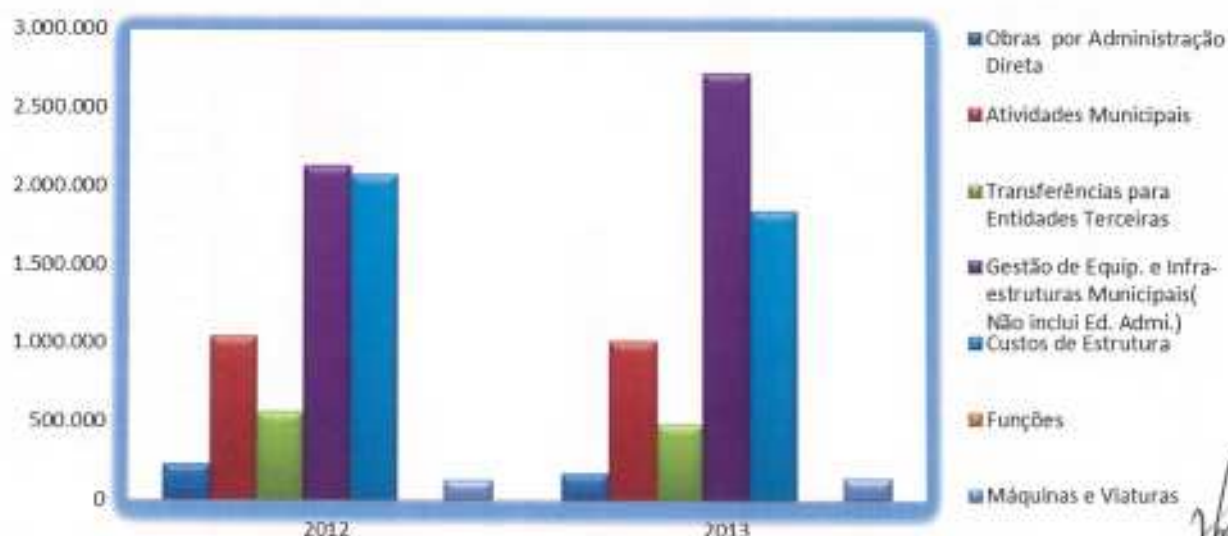
O sistema de Contabilidade de Custos, encontra-se implementado no Município desde 2010. Este processo, bastante complexo e rigoroso, para o qual é indispensável o empenho e a colaboração de todos os colaboradores do Município, necessita de um trabalho de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo, de modo a alcançar os seus objetivos. No ano de 2013 foi possível apurar os resultados que a seguir se apresentam.

TOTAL DOS CUSTO APURADOS

Contabilidade de Custos	2012	2013
Custos Diretos a Bens	230.261,21	172.045,52
Custos Diretos a Atividades	5.958.720,02	6.222.659,33
Custos Diretos a Funções	0,00	0,00
Custos por Funções	6.188.981,23	6.394.704,85

Grupos	Designação dos Grupos	2012	2013
91	Obras por Administração Direta	230.261,21	172.045,52
92	Atividades Municipais	1.045.129,12	1.018.708,61
93	Transferências para Entidades Terceiras	564.882,19	488.693,89
94	Gestão de Equip. e Infraestruturas Municipais (Não inclui Ed. Admin.)	2.136.490,33	2.723.605,14
95	Custos de Estrutura	2.079.475,87	1.847.172,70
99	Máquinas e Viaturas	132.742,51	144.478,99
TOTAL		6.188.981,23	6.394.704,85

TOTAL DOS CUSTO APURADOS





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

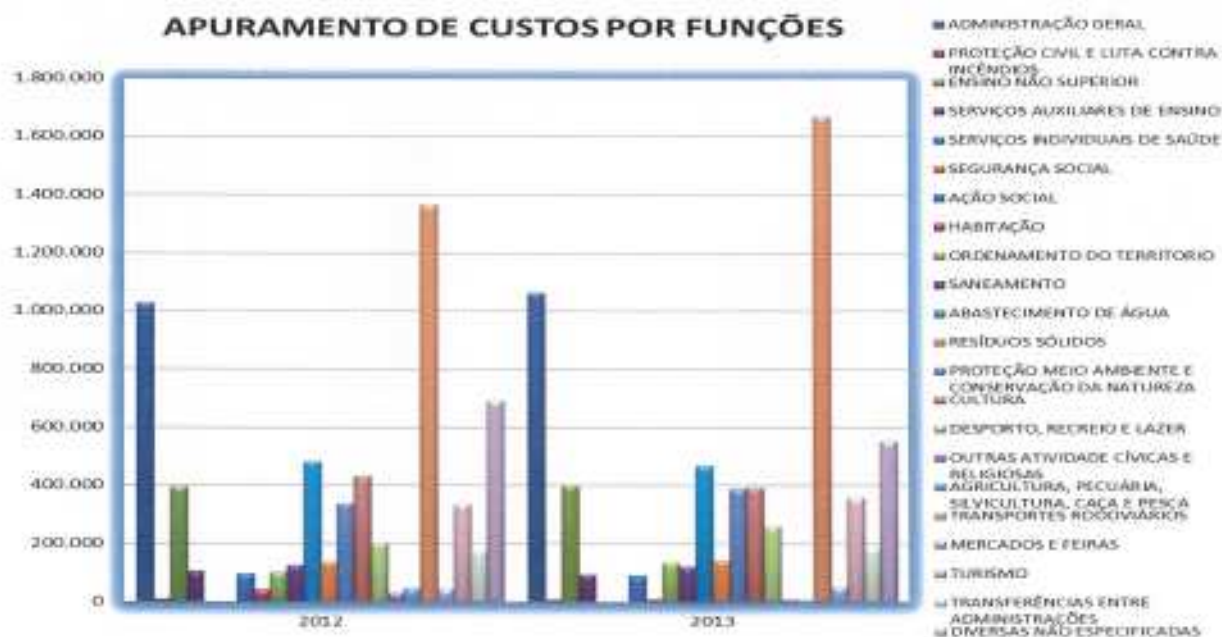
Exercício 2013



APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

Função	Designação da Função	2012	2013
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.026.937,72	1.061.168,69
121	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	11.611,53	8.737,46
211	ENSINO NAO SUPERIOR	394.610,69	399.655,78
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	104.786,92	93.190,83
213	ENSINO SUPERIOR	0,00	500,00
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	0,00	0,00
231	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00
232	ACÇÃO SOCIAL	96.545,12	91.781,55
241	HABITAÇÃO	43.454,56	10.888,43
242	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	104.219,24	136.214,17
243	SANEAMENTO	124.837,54	121.858,50
244	ABASTECIMENTO DE AGUA	482.438,78	465.514,81
245	RESIDUOS SOLIDOS	136.449,98	139.666,20
246	PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	336.221,93	387.318,66
251	CULTURA	432.367,60	391.804,54
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	203.731,46	260.174,98
253	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	30.594,36	8.532,07
310	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	45.291,11	6.313,65
331	TRANSPORTES RODOVIARIOS	1.364.322,68	1.669.636,01
341	MERCADOS E FEIRAS	47.439,23	52.920,88
342	TURISMO	334.520,00	356.457,56
420	TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	177.246,91	181.995,20
430	DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS	691.353,87	550.374,88
	TOTAL	6.188.981,23	6.394.704,85

APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES





7. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Conforme se observa no quadro abaixo, o valor do Endividamento Líquido resultante da contratação de empréstimos sofreu, em 2013, uma redução de € 170.555,56 resultante da amortização de capital dos empréstimos.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2012	2013
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	1.247.137,10	998.156,56
2. Receitas provenientes de Empréstimos	58.227,22	0,00
3. Amortização da Capital	307.207,76	170.555,56
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	998.156,56	827.601,00
5. Endividamento Líquido (4-1)	-248.980,54	-170.555,56

Em conformidade com o estipulado no art.º 37º e 39º na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, o município estava sujeito, durante o ano de 2013, aos seguintes limites:

- "O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior."; e
- "O montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações dos municípios no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º1 do artigo 19º, da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior."

Nos termos do disposto no art.º 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada município em 2013, são apurados do seguinte modo:

1. o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

a) Limite de endividamento líquido de 2012;



- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.
2. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro
 3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro,

Assim, o município de Vila Velha de Ródão apresenta a seguinte situação face ao endividamento:

Endividamento	Limites		Execução		Desvio
	Descrição	Valor*	Descrição	Em 31-12-2013	
Endividamento de curto prazo	10% das receitas dos impostos municipais, fundos municipais do OE, derrama, participação nos resultados do SEL, relativas ao ano anterior (art.º 39.º LFL)	501.408,65	Capital em dívida de curto prazo considerar	0	501.405,65
Endividamento de médio e longo prazo	Art.º 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013)	4.730.005,83	Capital em dívida de ML prazo considerar	827.601,00	3.902.404,83
	Rateio do endividamento de médio e longo prazo, n.ºs 3 e 8 do art.º 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013)	759.586,00			
Endividamento Líquido	Art.º 98º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013)	126.450,25	Endividamento líquido considerar	0,00	126.450,25

*Valores indicados pela DGAL

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2013 foi de **€ 950.707,17**. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, seja distribuído da seguinte forma:

- Resultados transitados.....€ 950.707,17;
- Reservas legais€ 475.353,59;
- Património.....€ 475.353,58.